

Acção Socialista



N.º 1296 21 Dezembro 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

TRATADO DE LISBOA

O Tratado de Lisboa ficará para a História como um momento “em que se abriam novos caminhos de esperança no ideal europeu”, afirmou José Sócrates na cerimónia de assinatura do documento nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos, que marcou de forma indelével o sucesso da presidência portuguesa da União Europeia.



PÁGINA 20

FEDERAÇÃO DE ÉVORA



Norberto Patinho: “Reforço do poder autárquico em cada concelho e em cada freguesia”

2

PARLAMENTO



Alberto Martins: “Lei autárquica aprofunda democracia”

6

ADMINISTRAÇÃO INTERNA



Rui Pereira: “Portugal é um país seguro e com baixas taxas de criminalidade”

10

PRESIDENTE DA CÂMARA DA GUARDA



Joaquim Valente: “Dinamização da economia do concelho é a prioridade”

18

NESTA EDIÇÃO SUPLEMENTO “EUROPA”

“Reforço do poder autárquico em cada concelho e em cada freguesia”

ENTREVISTA A NORBERTO PATINHO, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DE ÉVORA

O PS está determinado em “reforçar a sua posição de maior partido” no distrito, pelo que está já a dedicar “especial atenção” à preparação de “candidaturas fortes” em todas as autarquias, afirma o presidente da Federação de Évora, sublinhando que o nosso partido, nos últimos 15 anos, registou,

na região “uma progressão estrondosa”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Norberto Patinho refere ainda que com os governos de António Guterres e José Sócrates, “o Alentejo atravessou um período verdadeiramente excepcional de atenção e apoio”.

J.C. CASTELO BRANCO

Que acções tem a Federação agendadas para os próximos tempos?

Em 2007, a Federação de Évora debruçou-se sobre a discussão e análise de matérias diversificadas da Política Nacional e Regional, sempre numa perspectiva de avaliação do seu impacto no desenvolvimento do território e tendo em vista o objectivo da regionalização. Destas discussões, foi possível avaliar em diversos domínios, o nível de execução dos compromissos que o Partido Socialista assumiu com os seus eleitores.

O ano de 2007 ficou marcado pela aprovação do QREN, ao qual dedicámos atenção especial com duas sessões de trabalho.

Considerando que o QREN é uma prioridade nacional e regional, permitindo dar suporte financeiro a muitas das políticas identificadas como necessárias para o Alentejo, a Federação, através dos Gabinetes de Estudos e Autárquico, vai promover sessões de trabalho nas respectivas concelhias, abertas à sociedade civil, sobre as potencialidades do QREN para apoiar a definição de políticas autárquicas de nova geração, que promovam a coesão territorial e o seu desenvolvimento económico e social.

No final do primeiro trimestre de 2008 vamos realizar uma Convenção Autárquica.

Como se tem processado a renovação nos órgãos federativos?

O Partido Socialista, nos últimos 15 anos registou, no distrito de Évora, uma progressão estrondosa. De partido quase residual em termos autárquicos evoluiu para uma situação maioritária. Em simultâneo conquistou grandes vitórias em eleições legislativas, elegendo dois dos três mandatos

parlamentares do distrito.

O caminho escolhido pelos militantes do distrito tem assentado numa lógica de renovação na continuidade.

Renovar com orgulho no trabalho feito e com a ambição de fazer cada vez melhor, respeitando a diversidade e valorizando a unidade no combate pela afirmação do projecto político e dos valores do PS.

Renovar e continuar a abrir o partido à sociedade, para sermos cada vez mais fortes e capazes de concretizar o projecto político em que os nossos eleitores têm confiado.

Há mais mulheres e jovens nos cargos dirigentes?

O número de jovens e mulheres em cargos dirigente no distrito tem vindo a aumentar de forma muito significativa. No actual Secretariado as mulheres representam mais de 40 por cento.

Que medidas têm sido levadas a cabo, no âmbito das suas competências, pelas autarquias socialistas para combater a desertificação e o desemprego?

O combate à desertificação passa essencialmente pela criação de emprego, de condições de habitação e de respostas de qualidade em áreas como a educação e a saúde.

Apesar das grandes dificuldades com que as autarquias se têm defrontado, tem sido com elevado sentido do serviço público e com uma enorme entrega e dedicação às populações que neles têm confiado, que temos assistido a um excelente desempenho dos autarcas socialistas do distrito de Évora.

Facilitadoras dos processos de investimento em diversas áreas que vão da indústria, ao turismo ou à agricultura, as autarquias socialistas têm levado a cabo medidas que nalguns casos vão muito além das suas próprias competências em áreas que

vão desde a habitação, à educação e à saúde, mantendo sempre como prioridades as políticas sociais e de qualidade de vida.

Como autarca, presidente da Câmara de Portel, qual a sua opinião sobre a nova Lei das Finanças Locais?

A nova Lei das Finanças locais traz mais rigor e transparência à gestão autárquica e vai contribuir para uma maior disciplina financeira das autarquias.

Abre o caminho ao reforço das competências e da autonomia do poder local.

Não dispondo ainda dos elementos necessários para uma análise das consequências dos critérios de distribuição das transferências do Orçamento do Estado, nos pequenos municípios, parece-me que no futuro estes irão ser penalizados.

Estou convicto que o Governo estará atento a este problema e introduzirá as alterações necessárias à correcção dos critérios, evitando o acentuar de um desenvolvimento desigual do país.

Que estratégia tem a Federação relativamente às próximas eleições autárquicas. Há contactos regulares com os nossos eleitos locais?

O projecto socialista para o distrito de Évora assenta numa postura clara de reforço do poder autárquico em cada concelho e em cada freguesia.

Os autarcas socialistas, apesar dos constrangimentos financeiros e dos momentos difíceis que o país tem atravessado, têm realizado um excelente trabalho.

Os eleitores no distrito têm vindo a confiar cada vez mais nos candidatos do Partido Socialista para representar os seus interesses e promover o desenvolvimento das suas terras.



O PS está determinado em reforçar a sua posição de maior partido do poder local do distrito, pelo que está já a dedicar especial atenção à preparação de candidaturas fortes em todas as autarquias.

O Gabinete Autárquico tem vindo a prestar uma atenção especial às concelhias onde ainda não somos maioria e os presidentes dos municípios socialistas têm assento no Secretariado da Federação.

Que análise faz destes dois anos e meio de governação socialista?

O Partido Socialista assumiu funções governativas numa conjuntura bastante adversa e em condições particularmente difíceis que exigiram a adopção de medidas menos populares.

Apesar disso, a grande maioria dos portugueses reconhece o bom trabalho realizado por um Governo determinado, rigoroso, reformador, actuante e corajoso.

O rigor permitiu em pouco mais de dois anos de governação reduzir o défice e colocar as contas públicas em ordem em paralelo com um crescimento económico saudável. Uma aposta forte nas qualificações, mais protecção social e mais equidade e um estado moderno com menos burocracia foram objectivos alcançados numa primeira metade do mandato.

Estou convicto que os sacrifícios partilhados pelos portugueses nesta primeira metade da legislatura criaram as condições para que, na segunda parte do mandato, o Governo socialista prossiga e aprofunde uma política de maior solidariedade social.

E quanto à acção do Governo em relação ao distrito?

Desde 1995, com os governos de António Guterres e José Sócrates, o Alentejo atravessou um período verdadeiramente excepcional de



“O caminho escolhido pelos militantes no distrito tem assentado numa lógica de renovação na continuidade”

“A nova Lei das Finanças Locais abre o caminho ao reforço das competências e da autonomia do poder local”

“O projecto socialista para o distrito de Évora assenta numa postura clara de reforço do poder autárquico em cada concelho e em cada freguesia”

“Estou convicto que os sacrifícios partilhados pelos portugueses nesta primeira metade da legislatura criaram condições para que, na segunda parte do mandato, o Governo socialista prossiga e aprofunde uma política de maior solidariedade social”



atenção e apoio.

A acção deste Governo, apesar das conhecidas dificuldades, vai no mesmo sentido, cumprindo os compromissos para com o distrito.

O Governo conhece bem as preocupações que se fazem sentir no Alentejo e de um modo particular no distrito de Évora.

O reforço da Rede Social, a melhoria das acessibilidades com uma especial atenção para a conclusão do IP2 e o início da construção do novo hospital são intervenções estratégicas prioritárias para o distrito e para a região.

Como avalia a actuação do nosso primeiro-ministro?

O primeiro-ministro é o grande responsável pelo sucesso da governação do Partido Socialista.

A sua competência, determinação e extraordinária capacidade de liderança têm sido responsáveis pelo sucesso governativo e pelo cumpri-

mento do programa eleitoral que o PS apresentou aos portugueses.

Há alguma mensagem que gostasse de deixar aos militantes socialistas do distrito?

O momento que vivemos não tem sido fácil para o país e algumas medidas menos populares têm provocado algum desânimo junto dos militantes.

Impõe-se, mais do que nunca, uma total solidariedade para com o nosso primeiro-ministro e para com o Governo.

É necessária uma grande unidade dos militantes do distrito em torno do secretário-geral, José Sócrates.

É da maior importância a unidade no apoio à acção dos nossos autarcas.

É fundamental a mobilização de todos os militantes em torno das estruturas concelhias e federativa para em conjunto encontrarmos as melhores soluções para os concelhos e para o distrito.



O PS NO DISTRITO DE ÉVORA

Comissão Política Distrital

Efectivos

Norberto Lopes Patinho
 Agostinho Asper Banha
 Ana Maria Duarte
 Ana Paula Fitas
 Andreia Fernandes
 Ângelo de Sá
 António Simões
 António Serrano
 Arnaldo Silva
 Artur Pombeiro
 Baltazar Damas
 Bernardo Nascimento
 Carlos Alberto Cunha
 Cristina Barrenho
 Domingos Cordeiro
 Domingos Freixial
 Eduardo Figueira
 Elsa Lopes
 Fernanda Ramos
 Francisca Galamba
 Francisco Chagas
 Francisco Chalaça
 Francisco Costa
 Geraldo Simão
 Henrique Troncho
 João José Nabais
 João Canha
 Joaquim Bastos
 Joaquim Galhardas
 Joaquim Luís Silva
 José Alberto Fateixa
 José Bravo Nico
 José Nascimento
 José Carlos Zorrinho
 José Domingos Ramalho
 José Ernesto Oliveira
 José Gabriel Calixto
 José Gazimba Simão
 José Verdasca
 José Luis Cardoso
 José Santinha Lopes
 José Sebastião Roque
 Luís Capoulas Santos
 Mafalda Troncho
 Manuel Cabeça
 Manuel Pereira
 Manuel Melgão
 Margarida Felix
 Maria do Anjo Sapateiro
 Maria Clara Safara
 Maria da Conceição Marinho
 Maria João Candeias
 Maria Manuela Marques
 Maria da Nazaré Lança
 Maria Rosa Catita
 Mário Trindade de Deus
 Martinho Murteira
 Nuno Lino
 Paula Carriço
 Paula Nobre de Deus
 Rosa Matos
 Rui Manuel Rosado
 Sónia Caldeira
 Victor Martelo

Suplentes

Paula Belém
 Joaquim Varandas
 José Serrano
 Ema Caeiro
 António Ramalinho
 António Henriques
 Idalina Varandas
 Augusto Guégués
 Diogo Sapatinha
 António Moura Proença
 Jorge Canhoto

António Compõete
 José Maria Ribeiro
 António Fernandes
 Maria Luisa Baião
 Glória Lima
 Ana Paula Correia
 João Carlos Maia
 Carlos Colaço
 Adriano Chaveiro
 Maria Etelvina Alberto
 Jesuino Rendeiro
 José Manuel Varela
 António Mendes
 José Jorge Santos
 Fátima Galamba
 Maria José Alves
 António Medinas
 Luís Dias
 João Custódio Torres
 Maria José Anão
 Paula Lopes

Inerentes

António Henriques
 António João Compõete
 António Moura Proença
 António Ramalinho
 António Tição
 Gabriela Figueira
 José Jorge Santos
 José Carlos Singéis
 José Ramalho Ilhéu
 Rogério Pinto
 Luís Calado
 Martinho Vieira
 Miguel Patacão Rodrigues
 Rui Gusmão

Mesa da Comissão Política Distrital

Victor Martelo
 Margarida Félix
 Francisco Chalaça

Secretariado Distrital

Efectivos

Norberto Patinho
 Agostinho Asper Banha
 Ana Maria Duarte
 Andreia Fernandes
 António Serrano
 Domingos Cordeiro
 Fernanda Ramos
 Henrique Troncho
 José Bravo Nico
 José Carlos Zorrinho
 Luís Capoulas Santos
 Maria da Nazaré Lança
 Maria Rosa Catita
 Martinho Murteira
 Paula Nobre de Deus
 Rui Rosado

Inerentes

João José Nabais
 Ângelo de Sá
 José Alberto Fateixa
 José Ernesto Oliveira
 José Santinha Lopes
 Victor Martelo
 Cristina Barrenho
 Nuno Lino

Comissão Federativa de Jurisdição

João Lázaro
 Joaquim Pinheiro Cordeiro
 Humberto Ratado
 Maria Manuela Marques
 José Guiomar Silva

Comissão Federativa de Fiscalização Económica e Financeira

Maria José Capucho
 Armando Lacerda
 José Lourinho Graciano
 José Maria Painha
 Manuel Lopes Janeiro

Juventude Socialista

Coordenador

Nuno Lino

Presidente da Mesa da CPF

Carlos Bacalhau

Comissão Política Federativa

Nuno Lino
 Carlos Bacalhau
 Ana Silva
 Cláudio Sousa
 Elsa Lopes
 Frederico Diniz
 Jorge Alfaiate
 Jorge Nunes
 Jorge Roque
 Leonel Godinho
 Luís Dias
 Luís Godinho
 Luís Guerra
 Neide Canhoto
 Nuno Bilro
 Ondina Giga
 Ricardo Catarino
 Rita Martins
 Rui Vitorino

Suplentes

Élia Quintas
 Cátia Sousa
 Rui Praxedes
 Ricardo Cabaço
 António Gualdino
 Rui Conde
 Luís Paixão
 Pedro Calhorde
 Tânia Flamino

Secretariado

Nuno Lino
 Carlos Bacalhau
 Elsa Lopes
 Jorge Nunes
 Jorge Roque
 Leonel Godinho
 Luís Dias
 Ricardo Catarino
 Rita Martins
 Rui Vitorino

Representantes na Comissão Política Federativa do PS

Nuno Lino
 Carlos Bacalhau
 Jorge Nunes
 Jorge Roque
 Luís Dias
 Ricardo Catarino
 Suplentes
 Rui Vitorino
 Leonel Godinho
 Frederico Diniz
 Ana Silva
 Ondina Giga

Conselho Federativo de Jurisdição

Luís Nunes
 Presidente
 Tiago Carapinha
 Miguel Singéis
 Hugo Mendanha
 Joana Domingues
 Suplentes:
 Vanda Godinho
 Valentino Cunha

Departamento Federativo das Mulheres Socialistas

Presidente

Cristina Barrenho

Conselho Político

Efectivas

Ana Maria Duarte
 Ema de Jesus Caeiro
 Fernanda Ramos
 Glória Lima
 Mafalda Troncho
 Margarida Félix
 Maria da Conceição Marinho
 Maria da Nazaré Lança
 Maria do Anjo Sapateiro
 Maria João Candeias
 Maria José Capucho
 Maria Luísa Gil
 Maria Manuela Marques
 Maria Rosa Catita
 Paula Nobre de Deus
 Sónia Caldeira

Suplentes

Ana Maria Claré
 Ana Paula Correia
 Ana Rebocho
 Andreia Fernandes
 Elsa Lopes
 Maria Luísa Baião
 Olga Nabais
 Paula Carriço

Secretariado Efectivo

Cristina Barrenho
 Fernanda Ramos
 Paula Nobre de Deus
 Maria Rosa Catita
 Ana Maria Duarte

Inerente ao Secretariado

Maria da Nazaré Lança

Tratado de Lisboa abre novos caminhos no ideal europeu

O Tratado de Lisboa ficará para a História como um momento “em que se abriram novos caminhos de esperança no ideal europeu”, afirmou José Sócrates na cerimónia de assinatura do documento nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos, que marcou de forma indelével o sucesso da presidência portuguesa da União Europeia (UE).



PERANTE os líderes dos 27 países da União presentes na cerimónia, José Sócrates sublinhou que a ideia que sempre motivou a actual presidência portuguesa da UE se resumiu em “fazer avançar o projecto europeu”.

Um projecto que, sublinhou o presidente em exercício da UE, “sempre foi generoso nos propósitos e ambicioso nos objectivos. Um projecto com provas dadas ao serviço da paz, do desenvolvimento e da afirmação dos valores que partilhamos”.

Foi com o projecto de construção europeia que “muitas gerações sonharam e outros antes de nós ergueram, com sentido e visão de futuro”, disse.

“Mas é esse projecto que queremos, hoje, levar mais longe, reforçar e desenvolver. E é isso o que esperamos de nós os povos da Europa, que aqui representamos”, acrescentou o presidente em exercício do Conselho Europeu de líderes da UE.

Por outro lado, José Sócrates disse que o Tratado de Lisboa permitirá

“finalmente” à Europa vencer o seu impasse político e institucional e lançar-se num novo momento da aventura europeia.

Na perspectiva do presidente em exercício da UE, o Tratado de Lisboa responderá a um desafio considerado central, o da cidadania europeia, já que “reconhece o valor jurídico pleno” da Carta dos Direitos Fundamentais da União.

O texto, sublinhou, “reafirma o compromisso da UE com os valores de identidade do projecto europeu, a legalidade democrática, o respeito pelos direitos fundamentais, as liberdades comunitárias, a igualdade de oportunidades, a solidariedade, o acesso à justiça, o respeito pelo pluralismo e pela diversidade das nossas sociedades”.

José Sócrates sustentou ainda que o projecto europeu é fundado

“na igualdade entre os Estados, no respeito mútuo, na cooperação estreita e na tolerância. O projecto europeu não elimina nem minimiza as identidades nacionais, nem os interesses específicos dos Estados, antes oferece um quadro de regulação multilateral de que resultam benefícios para o conjunto e para cada uma das partes que nele participam”.

Para o chefe do Governo português, o Tratado da UE vai responder também ao desafio de melhoria da eficácia no processo de decisão, já que “num mundo em mudança acelerada, numa economia global cada vez mais

Alberto Martins saúda “momento singular”

Entretanto, numa declaração

política, Alberto Martins disse que o Tratado de Lisboa “honra a presidência portuguesa”. O Tratado de Lisboa é “um compromisso político de alcance decisivo para os portugueses e para os europeus”, afirmou, sublinhando que, enquanto marco da construção europeia, o Tratado assinado no Mosteiro dos Jerónimos “honra a presidência portuguesa”. Por isso, disse, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) “saúda vivamente este momento singular”.

Alberto Martins referiu que a União Europeia afirma-se com o Tratado de Lisboa como “comunidade política mais estruturada no plano institucional, habilitada para se afirmar uma comunidade política mais social e mais solidária, mais respeitadora dos direitos dos Estados-membros e dos cidadãos, mais capaz de intervir de forma coerente e resoluta na cooperação externa, na manutenção da paz e na regulação da globalização”.

Por outro lado, o líder da bancada socialista saudou igualmente “a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia proclamada no Parlamento Europeu, compromi-

so com os valores matriciais humanistas da civilização europeia, que têm como ponto de partida o valor da dignidade humana”.

Para Alberto Martins, a Europa, com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, e agora com a Carta, “fica dotada de meios mais adequados para combater com sucesso pela liberdade e solidariedade, pela paz e pela democracia”.

No plano externo, o presidente do GP/PS frisou que “o novo Tratado reforça a consistência, a credibilidade e a eficácia da acção da União”, acrescentando que, como sublinhará a futura Declaração do Conselho Europeu sobre a globalização, “o Tratado habilita a União a regular o processo de globalização de acordo com o interesse de todos os cidadãos, e ao encontro de princípios e valores fundamentais compartilhados pelos povos europeus”.

Lembrando que nos 50 anos que medeiam entre Roma e Lisboa, “a Europa afirmou-se, na sua diversidade plural, enquanto espaço civilizacional com uma identidade própria: uma União entre Estados democráticos pondo em comum um modelo de Estado Social, que se distingue quer dos extintos modelos colectivizantes, quer do liberalismo de mercado”, Alberto Martins considerou que “o relançamento da Estratégia de Lisboa pela presidência portuguesa reforçou este compromisso colectivo”. J.C.C.B.

Dois anos e meio de Governo com resultados

COMISSÃO NACIONAL

Num balanço dos dois anos e meio de governação feito na Comissão Nacional do PS, José Sócrates destacou os bons resultados alcançados, designadamente a contenção da despesa pública ao mesmo tempo que se impulsionou o crescimento económico, o aprofundamento das políticas sociais e a aposta na qualificação dos portugueses e na sociedade do conhecimento. Uma reunião que ficou ainda marcada pelo consenso em torno da lei eleitoral autárquica.



FALANDO aos jornalistas quase no final da reunião da Comissão Nacional, o porta-voz do PS, Vitalino Canas, sublinhou que o “rigor” caracterizou a forma de actuação do partido e do Governo nestes dois anos e meio, nomeadamente no que diz respeito à redução do défice orçamental.

A estabilidade e o lançamento de reformas foram também características destacadas

pelo porta-voz socialista, assim como ser “um Governo de esquerda”, que ao mesmo tempo que equilibra as finanças consegue lançar políticas sociais. “É o partido e o Governo dos resultados”, acrescentou.

“Entramos na fase final da legislatura de cara lavada, com resultados que ainda vão crescer até ao final”, salientou.

Quando à nova eleitoral autárquica, outro

uma das principais alterações à actual lei.

O porta-voz do PS referiu ainda que, para assegurar a governabilidade das câmaras, a aprovação “das moções irá exigir um certo número de votos que garanta que a queda do Executivo tenha atrás de si um grande consenso”.

Questionado pelos jornalistas sobre a forma de ratificação do Tratado de Lisboa, Vitalino

dos temas da agenda de trabalhos, da Comissão Nacional, Vitalino Canas salientou o consenso verificado na reunião, referindo que “esta proposta é equilibrada e garante uma maior governabilidade” dos executivos e das assembleias municipais, que podem, através de moções de censura, destituir o Executivo, naquela que será

Canas disse que esta questão será discutida nos órgãos do PS, “logo após o termo da presidência portuguesa da UE” e terá em conta “o que existe” nos outros países.

“A forma de ratificação será tratada depois de Portugal deixar de ter responsabilidades ao nível da presidência da União Europeia”, afirmou, acrescentando que existem duas formas “legítimas” de ratificar o Tratado de Lisboa, assinado no Mosteiro dos Jerónimos, ou seja, através de referendo ou por via parlamentar.

Destaque ainda para a aprovação por unanimidade do novo regulamento do Departamento Nacional e dos Departamentos Federativos das Mulheres Socialistas, apresentado pela camarada Maria Manuela Augusto.

A Comissão Nacional do PS, na sua primeira reunião posterior ao falecimento do camarada Fausto Correia, aprovou por unanimidade um voto de profundo e sentido pesar.

“Fausto Correia morreu em pleno labor de deputado ao Parlamento Europeu. Deixou-nos assim de surpresa, a meio da vida, um exemplar cidadão, um fervoroso socialista, um fraterno amigo, um excepcionalmente bondoso ser humano”, refere o voto de pesar. J.C.C.B.

“Lei autárquica aprofunda

ALBERTO MARTINS, PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PS

A Assembleia da República prepara-se para aprovar a nova lei eleitoral para as autarquias locais, que “garante maior estabilidade e fiscalização, mais transparência e governabilidade aos executivos municipais”, afirma o líder parlamentar do PS. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Alberto Martins realça ainda o enorme contributo que o Governo socialista tem vindo a dar para o reforço da qualidade da nossa democracia e o assinalável incremento das reformas produzidas.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

Com apenas ano e meio desde que tomou posse, este Governo foi capaz de avançar com um conjunto de reformas estruturantes. Se pudesse eleger alguma, qual destacaria?

Não gostaria de distinguir esta ou aquela reforma como a mais importante ou mesmo como a mais determinante. Todas as que este Governo já aprovou merecem a minha concordância e o meu total apoio.

Julgo mesmo que é chegado o tempo de recordar àqueles que têm uma memória curta, que este é o primeiro Governo, em muitos anos de democracia, que teve a coragem mas também o saber necessário, para ter avançado para um conjunto de reformas, aliás reclamadas há muito pelo país, mas que nenhum outro Governo nem tão-pouco nenhum outro primeiro-ministro tinham até agora mostrado a coragem e a firmeza suficientes para avançar.

Todavia, o grande objectivo deste Governo, quero recordá-lo, passa, indiscutivelmente, pela modernização do Estado Social. É aqui que poderemos encontrar a verdadeira razão e as raízes das políticas do actual Governo liderado por José Sócrates.

O desafio que hoje se coloca aos portugueses é termos um Estado moderno e capaz de realizar a justiça. É esta a perspectiva que temos que ter das reformas aprovadas com particular preocupação nas áreas da Saúde, Justiça, Ensino e Segurança Social.

Qualquer reforma em Portugal, como em qualquer outro país, é um processo continuado, que diz respeito quer à organização do Estado, quer ao processo evolutivo do próprio país.

Mas, em sua opinião, são principalmente as reformas do campo social que marcam a diferença?

Sem dúvida que sim. Até porque também é aqui que podemos e devemos marcar a diferença. Este Governo tem sabido enfrentar um combate, que se afigurava necessário, pelo acréscimo de protecção social.

Este acréscimo, que se tem vindo

a verificar, traduzido em melhores níveis de protecção social, incide, nomeadamente, na reforma da Segurança Social, uma reforma que é hoje não só sublinhada pelos mais destacados especialistas nacionais da matéria, mas que já mereceu inclusive também os mais rasgados elogios, por exemplo, da própria União Europeia.

Mas há outras iniciativas que importa referir também. Cito, entre outras, a garantia sustentada que hoje é dada a todas as pensões, o Rendimento Social de Inserção, o reforço das pensões mais baixas dos reformados, o complemento solidário para idosos, a própria reforma do combate à fraude e evasão fiscais, entre outros. Enfim toda uma nova geração de políticas sociais e de cariz económico que importa sublinhar e que este Governo teve o mérito de avançar.

São portanto reformas que do seu ponto de vista estão a ir no sentido certo?

São reformas, que, se por um lado, têm a preocupação de ajudar a transformar por completo o panorama das nossas políticas sociais, estão, por outro lado, voltadas também para combater um dos maiores problemas da nossa administração, refiro-me à grande carga burocrática que ainda existe e que tem vindo a dificultar a urgente modernização do país.

Há alguns partidos comumente considerados à esquerda do Partido Socialista que o acusam de estar a empreender no Governo políticas de direita. Considera essas críticas justas?

Não só as considero total e completamente injustas, como, em minha opinião, nem correspondem a uma qualquer análise séria. Tratam-se de apreciações e de teses perfeitamente infundadas e que em última análise, se fossem acolhidas por nós, levariam a muito breve trecho e em linha recta à falência das políticas de cariz social em Portugal.

É de uma irresponsabilidade total querer manter tudo na mesma, como essas forças políticas reivindicam, porque a não serem introduzidas alterações e mexidas importantes nas políticas sociais,



democracia nas câmaras”

como este Governo está a fazer, dentro de muito pouco tempo o Estado deixaria de ter as condições objectivas para poder apoiar os mais desprotegidos e todos aqueles que ainda precisam do Estado para terem uma vida minimamente digna.

O sentido estratégico das opções que estão a ser tomadas, ao nível social, aponta, de facto, para mais justiça social, e o exemplo que posso dar, a este propósito, respeita à convergência da Segurança Social ao nível do sistema público e do sistema privado, mas também a própria sustentabilidade de Segurança Social que vai proporcionar que a solidariedade entre gerações se afirme e deixe de ser uma utopia, como de certo modo o foi até agora.

Quais os principais obstáculos que em sua opinião que se colocam hoje à sociedade portuguesa?

Há sobretudo dois que importa olhar com mais atenção e com um cuidado redobrado.

Refiro-me ao crescimento eco-

nómico e ao emprego. São duas áreas onde temos ainda um caminho a percorrer. Porque não é possível haver uma política avançada de combate ao desemprego e à melhoria do nível de vida, sobretudo daqueles que têm menos condições, que não passe pelo crescimento e pela reforma do modelo de especialização produtiva em Portugal.

Estamos a assistir a uma transformação, que leva o seu tempo, do paradigma do nosso modelo económico.

Modelo económico, que assentava até aqui em empresas de trabalho intensivo com baixos salários, cenário que começámos a inverter, de modo a caminharmos dessas indústrias tradicionais, que têm perdido competitividade ao nível europeu, para um novo espaço voltado para a inovação e para as áreas tecnológicas.

Não nos podemos esquecer que cerca de 80 por cento da economia europeia assenta hoje na via do conhecimento e dos serviços e só 20 por cento é que é sustentada na indústria ou na agricultura.

Portugal só sai da situação onde nos deixaram, quer ao nível da qualificação dos portugueses, quer no que respeita à nossa capacidade competitiva ou mesmo em relação à nossa capacidade industrial e outras, se formos capazes de fazer o maior número de reformas possíveis ao mesmo tempo, porque tempo é o que começamos a não ter para podermos enfrentar os novos mercados altamente competitivos e especializados.

A reforma da lei eleitoral autárquica que acaba de ser objecto de uma análise aprofundada na Comissão Nacional do PS vem trazer mais democracia e mais modernidade à gestão dos municípios?

Esta lei enquadra-se na lógica e no impulso reformista, que, quer do Partido Socialista, quer o próprio Governo têm sobre a qualidade da democracia.

Na nossa perspectiva, alguns avanços que são precisos fazer, passam em grande parte pela melhoria e pela qualidade da democracia.

Vale pois a pena referir a este propósito que o Grupo Parlamentar do PS já apresentou quase duas dezenas de leis sobre a qualidade da democracia. Exemplos não faltam. Já aprovámos na primeira sessão legislativa, entre outras, a lei da nacionalidade, da paridade, a lei que tem a ver com o processo legislativo de acompanhamento da Assembleia da República na integração europeia, a lei do protocolo de Estado, a lei eleitoral para as Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, a lei dos executivos camarários em gestão, a lei de eleição do Presidente da República,

estabelecendo o universos dos emigrantes que podem votar, a lei da limitação dos mandatos dos eleitos locais, a lei de substituição dos deputados por motivos relevantes, a lei dos inquéritos parlamentares, a reforma do Parlamento, a lei das associações públicas profissionais, faltando agora duas leis que fazem parte do programa do Governo e que respeitam à agenda da reforma do sistema político e que são a lei eleitoral autárquica e a lei eleitoral para a Assembleia da República.

E para quando a aprovação da lei eleitoral autárquica?

Como se sabe o Parlamento, e no que respeita ao mundo das autarquias, já aprovou a limitação dos mandatos dos autarcas, que passaram a ter um limite de três, mas também já alterámos a lei da paridade, o que faz com que nas próximas eleições seja obrigatório a presença de um terço de mulheres nas listas eleitorais, assim como já alterámos igualmente as condições do exercício do mandato no período de gestão.

Agora estamos em vésperas de aprovar uma nova lei eleitoral autárquica. Trata-se de uma lei que exige para ser aprovada de dois terços dos votos, o que quer dizer que precisa que PS e PSD se ponham de acordo.

E quais são as principais alterações a assinalar?

A nova lei defende, de facto, algumas alterações que importa referir. Desde logo, deixa de haver duas eleições, ou se se quiser, anula-se o recurso até aqui existente de dois boletins de voto, um para a Assembleia e outro para a Câmara Municipal, para passar a haver apenas um. E tal como acontece com a eleição do Parlamento, uma vez escolhido é daqui que sai o Governo. A nova lei autárquica defende precisamente o mesmo modelo, ou seja, a partir das próximas eleições locais que se realizarão em 2009, o presidente da câmara eleito passa a ser o primeiro da lista mais votada para a Assembleia Municipal (AM).

Os vereadores que fazem parte da equipa executiva serão, por sua vez, escolhidos de entre os membros da AM por opção directa do próprio presidente eleito. A lista mais votada fica com a responsabilidade de promover a escolha do Executivo, tendo sempre em vista a obrigatoriedade de haver uma determinada proporção. Ou seja, e por cedência nossa ao PSD, as forças políticas da oposição farão também parte do Executivo, podendo ter ou não pelouros, dependendo esta circunstância da opção que vier a ter o presidente eleito. A proposta do Partido Socialista ia noutro sentido, já que defendíamos que deveria haver só uma lista homogénea e que seria a partir da

lista vencedora que se encontraria a equipa responsável pela gestão da Câmara Municipal.

Para o PS, quem ganha deve governar, sozinho ou em aliança, mas deve ser a lista vencedora a dispor da prerrogativa de escolher a melhor maneira de governar a autarquia e de escolher os membros que devem fazer parte do Executivo.

Não é esta a visão que o PSD tem e nesse sentido, se queremos avançar, e o Partido Socialista quer avançar, tivemos que ceder.

Mas as regras não são iguais para todos. Há diferenças, por exemplo, entre Lisboa e Porto e os restantes municípios?

Sim, há de facto algumas diferenças, não qualitativas, que importa assinalar. Por exemplo, para os municípios de Lisboa e do Porto, para além do presidente, a lista vencedora passa a dispor de metade dos vereadores mais um. Ou seja, dispõe de sete vereadores mais o presidente.

Os municípios com cem mil ou mais eleitores, além do presidente, têm mais seis vereadores e mais quatro da oposição.

Por sua vez, os municípios com mais de 50 mil eleitores e menos de 100 mil, têm o presidente mais cinco vereadores e três da oposição, os municípios com mais de 10 mil e menos de 50 mil eleitores, têm o presidente mais quatro vereadores e dois da oposição e finalmente os municípios com menos de 10 mil eleitores para além do presidente passarão a dispor de 3 vereadores e um da oposição.

Isto significa, ao contrário do sentido inicial da nossa proposta, que os partidos da oposição estarão sempre representados nos executivos autárquicos.

A nova lei admite, por outro lado, a existência da figura da moção de rejeição. A solução encontrada é em tudo idêntica àquela que existe hoje quando o Governo apresenta no Parlamento o seu programa. Se no fim do debate do programa não houver uma votação maioritária contra, o executivo municipal toma posse, mas se durante ou mesmo no fim do mandato for apresentada uma moção de rejeição, o executivo poderá cair mas aqui são precisos 3/5, ou seja, 60 por cento do total dos votos. Só assim o Executivo cairá.

Esta moção de rejeição pode ser apresentada aquando da constituição do Executivo ou quando o presidente toma a iniciativa de alterar a composição do seu Executivo.

Por sua vez, esta moção só poderá ser exercida pelos membros efectivos da AM. Portanto, os presidentes das juntas de freguesia ficam impedidos de votar quer na moção de rejeição, quer no Orçamento e Plano. O que é adequado por razões de legitimidade eleitoral.

“O sentido estratégico das opções do Governo aponta para níveis mais elevados na qualidade das políticas sociais”

“Este Governo tem tido a coragem de avançar com as reformas que há muito o país reivindicava”

“A lei eleitoral autárquica é uma boa iniciativa para criar mais estabilidade, transparência e governabilidade aos municípios”

ALBERTO MARTINS

OPINIÃO



MARCOS SÁ
Deputado do PS

www.marcos-sa.net

Só uma nova maioria do PS em 2009, liderada por José Sócrates, assegurará um mandato necessário para concretizar plenamente, sem constrangimentos circunstanciais, um projecto de Esquerda Moderna para Portugal

GANHAR DE NOVO, GARANTIR A MUDANÇA

OS PORTUGUESES conhecem bem o nosso ponto de partida. A direita deixou-nos, em “testamento”, muito mais que um défice público excessivo e descontrolado. Para a história ficou ainda a crise económica, o crescimento galopante do desemprego, o descrédito da autoridade do Estado.

Em 2005, o Governo do PS agarrou, responsabilmente, os destinos do país e lançou um dos mais ambiciosos programas de reforma alguma vez concretizados. Segurança Social, Saúde, Justiça, Educação e Formação, Ciência e Administração Pública - em todas estas áreas críticas para o nosso futuro colectivo se verificou a mudança. E assim se começaram a construir as impreteríveis condições e garantias de sustentabilidade do nosso Estado Social.

Mas a nossa missão não terminou e não podemos desvalorizar a ameaça que “anda por aí”. O recente “up-grade” PPD/PSD, apresentado no seu último congresso, deve preocupar seriamente todos os socialistas. Privatizar a saúde, privatizar a educação, privatizar a segurança social, “rasgar” as marcas sociais da nossa constituição são os alicerces programáticos de uma alternativa de direita neo-liberal que condenaria à inutilidade os resultados positivos da governação do PS.



Neste quadro político, nenhuma aparente fragilidade subjectiva dos nossos adversários ou dificuldade imprevista, podem ser suficientes para abalar a motivação e o empenho de todos nós, socialistas, para continuar a construir uma Esquerda que, para além das reformas necessárias, reforça os valores da liberdade, igualdade, justiça, fraternidade e solidariedade na nossa sociedade. Importa, por isso, preparar 2009, mobilizando todo o partido e lançando as bases de um renovado e participado programa de Governo que aprofunde e consolide, de modo perene, as mudanças estruturantes em curso.

Só uma nova maioria do PS em 2009, liderada por José Sócrates, assegurará um mandato necessário para concretizar plenamente, sem constrangimentos circunstanciais, um projecto de Esquerda Moderna para Portugal. E esta maioria, dependerá de muita coisa, mas também daquilo que cada um de nós lhe quiser dar.

O consumidor está agora mais protegido



“Nunca a defesa do consumidor mereceu tanta atenção e um protagonismo tão destacado como aquele a que tem sido sujeito com o actual Governo”.

PARA Fernando Serrasqueiro, secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, que a convite do Despartamento Nacional das Mulheres Socialistas (DNMS) falava num encontro sobre “Políticas de Defesa do Consumidor”, a desatenção e falta de protagonismo a que tinha sido votado nos últimos anos este sector, justificou, como disse, que o programa do XVII Governo Constitucional “tivesse apostado numa maior visibilidade e relevância dada às políticas de defesa do consumidor, tornando exequíveis os direitos previstos na legislação em vigor”.

Desde que tomou posse, garantiu o secretário de Estado, que o Governo tinha como objectivo marcar a agenda política com matérias relativas aos direitos e interesses dos consumidores.

Pretendia fazê-lo, acrescentou, não só através do reforço dos direitos legítimos dos consumidores, “direitos esses que estavam praticamente esquecidos”, em grande parte como resultado de uma legislação dispersa e pouco actuante, mas também, como sublinhou, ajudando a encorajar a discussão sobre este tema, “analisando e fiscalizando o cumprimento das medidas legais existentes”.

No levantamento que desde cedo fez sobre as principais áreas onde os direitos e interesses dos consumidores se encontravam, na perspectiva do Governo, menos acautelados, “e onde era exigida uma intervenção”, o Executivo reforçou, desde logo, o “direito à informação dos consumidores”, através de uma maior transparência dos preços e das relações contratuais, tendo ainda sido aprovadas medidas em matéria de saúde e segurança, proibindo práticas abusivas e apoiando os mecanismos de resolução extrajudicial de conflitos de consumo, de modo a assegurar aos consumidores uma justiça acessível e pronta.

Foram vários os campos que mereceram por parte da Secretaria de Estado uma maior atenção, tendo em vista garantir a transparência nas relações entre os consumidores e as instituições.

É o caso, por exemplo, das medidas

tomadas face às instituições de crédito e sociedades financeiras, onde o Governo proibiu a prática do arredondamento em alta nos contratos de crédito à habitação, estabelecendo a obrigatoriedade de o referido arredondamento passar a ser feito à milésima, limitando o valor máximo a cobrar pelas amortizações ao crédito à habitação, uniformizando os critérios de contagem do cálculo de juros e simplificando os mecanismos de transferência do crédito à habitação, por forma, como lembrou Fernando Serrasqueiro, a contribuir para que os consumidores fiquem menos vulneráveis às constantes subidas das taxas de juro e “possam retirar maiores vantagens do mercado”.

Mas outros passos foram também dados, como é o caso da obrigatoriedade da existência e disponibilização do Livro de Reclamações em todos os estabelecimentos de fornecimento de bens ou prestação de serviços que tenham contacto com o público.

Por outro lado, lembrou ainda o secretário de Estado, o Governo encontrou novos mecanismos capazes de ajudar a regularizar de forma mais célere os sinistros cobertos pelo seguro automóvel, mas também clarificando as regras de afixação dos preços dos transportes aéreos, agentes de viagem, postos de abastecimento de combustíveis e parques de estacionamento, onde se destaca ainda, neste particular, o facto de o consumidor só dever pagar a fracção de tempo que utilizou.

Na opinião de Fernando Serrasqueiro, a política de defesa do consumidor tornou-se mais sólida com a criação da Direcção-Geral do Consumidor, um instrumento do Governo voltado para a definição da estratégia política, que tem na Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) um importante órgão fiscalizador cuja acção tem contribuído para uma “eficaz fiscalização da legislação em vigor e para o reforço da confiança dos consumidores no mercado”.

Mais transparência nas relações comerciais

Foram diversas as áreas ligadas aos direitos dos consumidores em que o Governo actuou legislando e avançando com um conjunto de iniciativas tendo em vista estabelecer uma mais adequada relação entre quem vende e quem consome.

É o caso da legislação aprovada relativa às práticas bancárias, aos serviços financeiros à distância, ao seguro automóvel, à informação sobre os preços, à legislação específica sobre a época dos saldos, acabando, neste particular, com a confusão entre “promoções” e “liquidações”, estabelecendo a época dos saldos entre o dia 28 de Dezembro e o dia 28 de Fevereiro, para os chamados saldos de Inverno, enquanto na época de Verão os saldos decorrerão entre os dias 15 de Julho e 15 de Setembro, devendo os comerciantes indicar a data do começo e do fim da duração do período em que vão proceder à redução dos preços.

Outras das medidas tomadas tem a ver, por um lado, com a criação do “Livro de Reclamações”, e, por outro, com a obrigatoriedade, enquanto entidades que prestam serviços públicos essenciais, de devolverem aos consumidores as cauções ainda não restituídas, referentes aos contratos celebrados antes de 1998.

O papel e a importância da ASAE no panorama da actividade económica mereceu um destaque especial, tendo o secretário de Estado sublinhado o papel de extrema importância que aquela organização tem vindo a desempenhar na “defesa e na qualidade de vida dos cidadãos”.

No final deste encontro, a presidente do DNMS, Maria Manuela Augusto, mostrou-se muito contente “pela elevada participação de militantes que afluíram ao debate”, defendendo que, se o direito ao consumo se enquadra num dos muitos direitos que as famílias têm numa sociedade moderna e democrática, também não deixa de ser verdade que tanto o Governo como os partidos políticos têm a permanente “obrigação de as alertar para as agressões e as más campanhas publicitárias” que as impelem a consumir de forma desregrada e quantas vezes de forma desnecessária.

A escola é apontada pela presidente das Mulheres Socialistas como o principal veículo para se educar os jovens a terem uma postura responsável perante o consumo, apelando ainda a um maior controlo por parte das autoridades para que a publicidade passe a ser mais vigiada de forma a evitar-se, como disse, que “algumas práticas a que temos vindo a assistir”, nomeadamente no que diz respeito “a publicidade enganosa” deixem de fazer parte do nosso quotidiano. **R.S.A.**

Três perguntas a Rui Solheiro, presidente da ANA/PS

TUDO indica que as próximas eleições autárquicas terão um novo modelo de eleição. Qual a posição dos autarcas socialistas sobre esse tema?

A legislação eleitoral Autárquica carece de aprovação por maioria de 2/3 na Assembleia da República, obrigando à existência de um acordo que garanta essa maioria.

É neste contexto que os autarcas socialistas apoiam o novo modelo de eleição.

Há um acréscimo de competências e poderes das Assembleias Municipais? Como?

É indiscutível o aumento de competências da Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal pode aprovar moções de censura ao Executivo Municipal, ao ponto de poder provocar eleições intercalares.

Os vereadores da Câmara



serão obrigatoriamente designados de entre os membros da Assembleia Municipal directamente eleitos.

As remodelações do Executivo Municipal terão que obter a aprovação da maioria absoluta da Assembleia Municipal.

É anunciado que os objectivos deste projecto são os de melhorar a democracia, a transparência do funcionamento dos municípios e os mecanismos

de responsabilização dos autarcas. De que forma?

Esta legislação garante mais estabilidade governativa e mais transparência democrática.

O presidente eleito dispõe de uma maioria absoluta homogénea garantindo-lhe condições para a execução do seu programa.

Acaba com processos menos claros de constituição de maiorias absolutas e em simultâneo garante representação das minorias.

Federação de Setúbal prepara autárquicas

O SECRETARIADO da Federação de Setúbal do PS realizou uma reunião de trabalho com os presidentes das concelhias, coordenadores das secções e deputados eleitos pelo distrito.

No encontro, em que esteve presente o secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, foram passadas em revista as situações nos vários concelhos, incentivando-se os presentes a iniciarem desde já a análise e o aprofundamento dos programas para as próximas eleições autárquicas.

Noutro encontro, desta vez com os eleitos socialistas para as freguesias, foi debatida a participação no próximo Congresso da Anafre, que terá lugar no dia 28 de Março de 2008 na Madeira.

Entretanto, a Concelhia do PS de Grândola, com o apoio da Federação, levou a efeito um jantar de confraterniza-

ção, muito concorrido, no restaurante "O Cruzamento", que contou com a presença do ministro dos Assuntos Parlamentares e dirigente socialista, Augusto Santos Silva.

Na sua intervenção, o camarada Santos Silva começou por realçar a "incongruência" da posição do presidente do PSD em relação à proposta para superação da regularização das dívidas a fornecedores da Câmara Municipal de Lisboa apresentada por António Costa, passando de seguida em revista os instrumentos políticos criados pelo Governo de articulação do desenvolvimento económico com o apoio aos mais desfavorecidos, relembrando o apoio a idosos, o rendimento social de inserção, a actualização do salário mínimo nacional e a salvaguarda do modelo social europeu.

Augusto Santos Silva ex-



plicitou ainda os grandes investimentos em curso para o distrito, destacando os que respeitam à península de Tróia, e incentivou os militantes à mobilização e ao debate de ideias.

No final do jantar de confraternização, usaram ainda da palavra o coordenador da Concelhia, João Marcelino, o presidente da Câmara de Grândola, Carlos Beato, o membro do Secretariado da federação responsável pelo litoral alentejano do distrito, Alexandre Rosa, o presidente da Federação, Vítor Ramalho, e o presidente da mesa da Comissão Política Distrital, Eduardo Cabrita.

OPINIÃO



DAVID MARTINS
Deputado do PS

Para apoiar o comércio tradicional, o actual Governo desenvolveu um programa de apoio à modernização e revitalização da actividade comercial, em especial nos centros de comércio urbanos e rurais, e para acções de promoção dirigidas ao comércio

"COMÉRCIO TRADICIONAL E... MODERNO!"

DE ACORDO com a Direcção-Geral da Empresas, existiam no final do último ano em Portugal 180.192 estabelecimentos de comércio a retalho, registando-se a sua maior concentração geográfica nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro e Braga. O número de pessoas ao serviço no comércio retalhista era de 468.358.

Estes dados demonstram a inequívoca importância deste sector para a economia portuguesa.

Ao longo dos últimos anos, diversos estudos demonstraram as razões da perda de influência do comércio a retalho ou, por outras palavras, do comércio tradicional. Sabe-se, por exemplo, que o desenvolvimento urbanístico privilegiou as áreas habitacionais periféricas, que tiveram como consequência a desertificação dos centros históricos; houve uma redução do mix de funções nos centros urbanos, pela deslocalização de serviços e fusão de outros; aumento da mobilidade e de poder de compra dos consumidores, que facilitam e estimulam o acesso a novas ofertas; foram adquiridos novos estilos de vida, motivados inclusive pelas alterações laborais registadas.

Pese embora estes pontos, importa evidenciar as vantagens competitivas que o comércio tradicional ainda mantém, designadamente a proximidade, a qualidade dos produtos e serviços e o atendimento personalizado. Por si só, os factores "preço" e "sortido" não são suficientes para influenciar o consumidor. Imagine-se, por exemplo, um consumidor que necessita adquirir um produto para consumo imediato, cuja despesa não ultrapasse os 10 euros, e tenha que se deslocar alguns quilómetros para visitar o hiper/supermercado mais próximo? É evidente que os custos associados a essa deslocação (transporte, tempo, etc.) serão dissuasores de tal opção.

Assim, convém aproveitar estas vantagens e competir no mercado. Pensar de forma constante que as grandes superfícies são um concorrente impossível de combater, e que é inevitável baixar os braços até à falência, é uma atitude errada. É imperativo reconhecer o diagnóstico, perspectivar novas políticas para corrigir as opções feitas, mas fundamental ter acções para melhorar a oferta, inovar e competir com a concorrência.

Falar de comércio tradicional não é o contrário de falar de comércio moderno. No meu entendimento, é incorrecto associar o comércio tradicional exclusivamente às pequenas lojas retalhistas de carácter familiar e o comércio moderno, especialmente às grandes superfícies, como sejam os hipermercados, supermercados, centros comerciais ou lojas de discount. Os dois modelos podem e devem

ser exemplos de comércio moderno, e espera-se que as pequenas lojas tradicionais se tornem mais apelativas, e consequentemente, mais competitivas. É desejável ter um comércio tradicional moderno e eficiente.

Para apoiar o comércio tradicional, o actual Governo desenvolveu um programa de apoio à modernização e revitalização da actividade comercial, em especial nos centros de comércio urbanos e rurais, e para acções de promoção dirigidas ao comércio. Este programa, denominado MODCOM, teve duas fases, tendo sido o montante do incentivo disponível de 40 Milhões de euros. Tem havido ainda outros apoios no âmbito dos Programas Prime como o Urbcom, SIED, SIME, SIPIE e SIME-Internacional para apoio à Internacionalização das Empresas. No futuro, o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013 trará novas respostas de apoio para a qualificação das empresas.

Outras medidas podem ser tomadas paralelamente e sem grande custo para os comerciantes. Alguns exemplos são a criação de serviços de entregas para deficientes e pessoas doentes na proximidade das lojas, a oferta de produtos frescos locais e a redefinição dos horários comerciais.

Neste âmbito, as associações do sector também têm uma palavra a dizer. O discurso do impossível pouco serve para apoiar o sucesso dos comerciantes. Pelo contrário, deverão apoiá-los sobre as melhores práticas de sucesso e dar-lhes novas oportunidades para se formarem, modificarem comportamentos e potenciar o seu negócio.

Há algo de que todos nos precisamos consciencializar: o comércio, na globalidade, vive em função dos consumidores e, como tal, tem que se ajustar às suas exigências e ao seu perfil. Nesse domínio, é fundamental que os espaços sejam mais do que simples locais de transacções de produto e passem a ser autênticos locais de múltiplas experiências. O ambiente dentro da loja, a relação com o vendedor, a inovação são elementos estruturantes para o sucesso. O tempo em que o produtor colocava os produtos no mercado em função dos seus interesses já expirou, sendo que agora está obrigado a perceber os interesses do consumidor e responder-lhe com as melhores ofertas.

Por fim, uma pequena nota para reafirmar aquilo que vários estudos já demonstraram. É mais barato manter um cliente do que obter um novo. Por essa razão, a modernização, a inovação, o tratamento personalizado e profissional são cada vez mais elementos-chave para o sucesso.

O comércio tradicional tem futuro. Modernizando-se!

FAUL marca eleições para as concelhias e secções

A COMISSÃO Política da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL), reunida a 6 de Dezembro, sob a presidência do camarada Joaquim Raposo, ratificou as datas propostas pelo Secretariado desta Federação para

que as eleições dos órgãos das Concelhias e Secções de Residência tenham lugar a 7 Março de 2008 e as eleições para as Secções de Acção Sectorial se realizem a 8 de Maio de 2008.

“Portugal é um país seguro e con

Comparando o rácio de polícia por cidadão, verificamos que em Portugal existem cerca de 467 elementos policiais por cada 100 mil habitantes, valor que é superior ao registado em grande parte dos restantes países da União Europeia.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, Rui Pereira, ministro da Administração Interna, não tem dúvidas que o Governo foi bem ao ter avançado com o Plano Plurianual de Investimentos e com a Lei de Programação das Forças de Segurança, instrumentos que, em sua opinião, “vieram trazer às polícias não só mais modernidade, mas sobretudo uma outra operacionalidade”.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

É verdade que face às recentes ocorrências registadas na zona do Porto se pode afirmar que a criminalidade está a crescer em Portugal?

Não, não é verdade. Se analisarmos a evolução da criminalidade em Portugal no decorrer dos últimos anos, verificamos que, apesar de se observar uma tendência gradual de aumento entre 1998 e 2003, desde 2004 se tem verificado uma estabilização ou decréscimo no total de criminalidade participada (gráfico 1).

Para além do mais, se tivermos em conta os nove primeiros meses de 2007, constatamos que foram participadas 284.306 ocorrências, representam um decréscimo de 2.7 por cento (menos 7850 crimes) relativamente ao período homólogo de 2006.

Salienta-se que, pese embora a mediatização de que têm sido alvo os recentes incidentes no Porto, também neste distrito se verificaram tendências semelhantes no decorrer dos últimos anos. Aliás, dos distritos que têm mais participações, o Porto foi um dos que registaram diminuições mais acentuadas no número total de ocorrências registadas entre 2006 e 2007.

Isto não significa que o Governo não esteja preocupado, no entanto, com alguns fenómenos criminais graves, que surgem associados a tráficos de droga, pessoas e armas, à criminalidade organizada e à noite das grandes cidades. É necessário dar-lhes uma resposta integrada que, para além do policiamento, depende do sucesso na investigação criminal, na punição dos culpados e no desmantelamento das organizações criminosas. Nesse plano, o Governo confia nas autoridades judiciárias (é o Ministério Público que dirige o inquérito) e nos órgãos de polícia criminal (a PJ tem competência exclusiva para investigar esses crimes).

Por fim, refira-se que não descaramos a dimensão subjectiva da segurança. Através da autoridade do Estado de Direito democrático, do apoio à acção às forças de segurança e de uma linguagem de verdade,

queremos que os cidadãos se sintam seguros para poderem exercer os seus direitos em liberdade.

O problema do combate ao crime passa, como defende a oposição, sobretudo de direita, pela maior presença de forças policiais nas ruas?

Não. De facto, a presença policial é importante mas não é condição suficiente ou única para garantir a segurança do país e dos portugueses. Perante os novos tipos de crime e as novas ameaças, não basta ter muitos polícias na rua. É necessário que as forças de segurança estejam bem equipadas e que exista coordenação, cooperação e troca de informações entre os diferentes órgãos de investigação criminal. Nesse sentido, o Governo tem feito um enorme esforço e, pela primeira vez, avançou com um Plano Plurianual de Investimentos, que visa garantir um investimento significativo em instalações, veículos, comunicações, sistemas de informação, armamento e outros equipamentos, ao propor uma Lei de Programação de Forças de Segurança para os próximos cinco anos, que contou com o apoio do PSD e não oposição do CDS na Assembleia da República.

Além disso, verificamos que o efectivo das forças de segurança (GNR e PSP), contabilizando apenas pessoal militar e com funções policiais em efectividade de serviço, é actualmente de 47.215, o que constitui o maior dos últimos anos (gráfico 2)

Comparando a rácio de polícia por cidadão, verificamos que em Portugal existem cerca de 467 elementos policiais por cada 100 mil habitantes, valor superior ao de grande parte dos nossos parceiros europeus (Espanha, Bélgica, França, Áustria, Irlanda, Escócia, por exemplo).

Por fim, recorde-se que, no próximo ano, entrarão em funções novos 994 agentes da PSP, que acabam de prestar o seu juramento, em Torres Novas, e 1280 militares da Guarda, que já iniciaram a sua formação na Figueira da Foz. Trata-se de um reforço de efectivos muito superior ao que se tem verificado e que demonstra que o



Governo contrapõe factos à retórica da oposição.

Muitas das queixas que se ouvem é de que nada vale fazer participação, em caso de roubo ou de assalto, às forças policiais. Considera que esta é uma posição defensável?

Não é, com certeza, uma posição defensável. Cada vez mais a segurança é uma responsabilidade de todos os cidadãos, que podem (e devem) ter um papel decisivo na sua defesa. A resposta aos desafios na área da segurança passa por combinar, cada vez mais, polícia e comunidade mediante estratégias que unam esforços, recursos e respostas. Esta combinação é determinante na construção de uma nova cultura de segurança comunitária que privilegie o policiamento de proximidade, a protecção de pessoas especialmente indefesas (a começar pelas crianças) e o controlo das fontes de perigo (como as armas).

A este propósito, gostaria de recordar que num estudo efectuado pela Organização Gallup Europe,

em 2005, a pedido da Comissão Europeia, o grau de satisfação e a confiança dos cidadãos portugueses relativamente à polícia está acima da média europeia. Por outro lado, um estudo internacional credível considerou recentemente Portugal o nono país mais seguro do mundo.

Mais forças policiais nas ruas ou mais meios, humanos e técnicos, disponibilizados às forças policiais de investigação. Qual destas vertentes lhe parece mais correcta e adequada no combate ao crime?

Parece-me que um adequado combate ao crime passa pelo balanço correcto entre estas duas vertentes. Mais polícias sim, mas polícias preparados para os novos desafios. Para responder a esta questão é necessário que compreendamos que a criminalidade evoluiu nos últimos anos e que a resposta a essa criminalidade também tem que se modificar. Se há alguns anos essa resposta passava apenas por mais meios humanos, actualmente é imprescindível que

esses meios humanos tenham ao seu dispor instrumentos que lhes permitam desempenhar eficazmente as suas funções. Neste contexto, as novas tecnologias, como a internet, a georeferência e a vídeovigilância são também decisivas.

A criminalidade violenta tem aumentado, está controlada ou, em sua opinião, ainda há muito a fazer para dotar as polícias de meios apropriados para enfrentar este fenómeno?

Apesar de a Criminalidade Grave e Violenta ter diminuído 14.7 por cento (- 2.081 crimes violentos e graves) em relação ao ano transacto, tal não significa que possamos descansar sobre estes dados. E não descansamos. Relembro que este Governo está a colmatar o défice de investimento nas forças de segurança que se registou nos últimos anos, quando governavam os que agora nos criticam. Nesse sentido, relembro, a título meramente exemplificativo, que adquirimos 3600 coletes à prova de bala e que contratualizámos a compra, de forma faseada e

em baixas taxas de criminalidade”

Estado que vai para além de medidas estritamente policiais.

A resposta correcta é aplicar medidas de segurança, entre as quais se inclui o internamento que, nos casos mais graves e a partir dos 14 anos, pode ser executado em regime fechado. A proposta de diminuir a idade de imputabilidade nada resolve, mistura adolescentes com criminosos adultos e experientes e contraria a orientação comunitária para considerar crianças os menores de 18 anos, na criminalização de ofensas sexuais.

Quais são as regiões do país, se é possível determinar, onde se têm verificado mais casos de criminalidade?

As regiões do país onde se participam mais crimes são também aquelas que acolhem mais população. Os distritos de Lisboa (1.º no “ranking” criminal), Porto, Setúbal, Faro e Braga são aqueles em que se regista mais criminalidade, sendo que, no conjunto destes cinco distritos, se regista quase 2/3 da criminalidade participada em Portugal.

Não é de estranhar, assim, que destes distritos beneficiem já em Janeiro de 2008 de um considerável reforço de efectivos da PSP, tornado possível pela incorporação de 994 novos agentes – em Lisboa haverá mais 430 agentes, no Porto mais 298 e em Setúbal mais 136.

A “Escola Segura” é um projecto já com alguns anos. O balanço que faz desta iniciativa é positivo ou ainda falta acertar alguns aspectos?

O balanço do Programa “Escola Segura” é nitidamente positivo. Basta recordar que no seu formato inicial, em 1992, o Programa abrangia apenas 18 estabelecimentos de ensino. Actualmente, são abrangidos quase 1,8 milhões de alunos distribuídos por mais de 11 mil estabelecimentos de ensino.

Este trabalho é, diariamente, assegurado por cerca de 600 homens e mulheres das Forças de Segurança (203 militares da GNR e 375 agentes da PSP), que têm ao seu dispor mais de 300 viaturas ligeiras (183 na PSP e 150 na GNR) e 164 motocicletas (139 na PSP e 25 na GNR). Tudo isto reflecte um esforço no investimento que o Governo português tem feito nesta matéria.

Apesar de existirem sempre aspectos que se possam melhorar em relação a qualquer iniciativa, cumpre salientar que, em conjunto com o Ministério da Educação, temos desenvolvido algumas medidas que terão certamente efeitos muito positivos a curto e a médio prazo. Por exemplo, no próximo ano, todas as viaturas serão equipadas com meios informáticos, seguindo um método presente no programa “Polícia em Movimento”.

A sinistralidade rodoviária continua a perfazer um dos aspectos mais preocupantes do nosso quotidiano. O que falta fazer para que Portugal deixe de constar na lista negra dos países mais perigosos da Europa?

A persistência da sinistralidade rodoviária está, obviamente, no cerne das nossas preocupações.

Da comparação do período compreendido entre Janeiro e Novembro de 2007 com o período homólogo de 2006, resulta um aumento pontual de 32 mortos (+4,2 por cento), uma diminuição de 11,2 por cento no número de feridos graves e um decréscimo de 2,6 por cento no número de feridos ligeiros. Analisando o total de vítimas de acidentes rodoviários, observa-se uma diminuição de 9,6 por cento (correspondendo a -1.370 vítimas).

Cumpre salientar que, apesar de o número de vítimas mortais ser ainda (e infelizmente) bastante elevado, não tem comparação com os valores observados nas décadas de 80 e 90 onde chegou a atingir valores três vezes superiores aos observados actualmente. A título de exemplo, pode-se referir que em 1988 morreram 2534 pessoas nas estradas portuguesas (em 2006 este valor cifrou-se “apenas” em 850).

Para combater esse flagelo que diariamente assola o nosso país, procede-se, neste momento, à revisão do SIRESP – Sistema Integrado de Tecnologia Trunking Digital das Redes de Emergência e Segurança de Portugal, investimos na videovigilância como forma de reforçar a prevenção e segurança rodoviária, criámos

um novo Sistema Integrado de Contra-Ordenações Estradais e reforçámos os meios das Forças de Segurança no âmbito da Polícia em Movimento.

Estamos, também, a rever o Código da Estrada, a tornar o processo contraordenacional mais célere e eficaz, evitando o risco de prescrição.

Quais os resultados que já são possíveis de demonstrar no que respeita à reestruturação do dispositivo territorial das forças de segurança?

A reestruturação do dispositivo visa acabar com duplicações e descontinuidades. Assim, acabámos já com todas as situações em que o policiamento das mesmas freguesias era partilhado entre a PSP e a GNR. Ao contrário do que se disse, não perfilhamos uma política de encerramento de postos, quartéis ou esquadras. Entendemos, apenas, racionalizar o dispositivo, adaptando-o às novas leis orgânicas (recorde-se que a da GNR apenas entrou em vigor a 6 de Dezembro) e continuando a apostar no policiamento de proximidade, que o PS contrapôs, na década de 90, à política das “superesquadras”.

Em que lugar está Portugal, a nível da União Europeia, no que respeita aos índices de criminalidade?

Apesar de, entre 1998 e 2003, se ter observado um ligeiro aumento do total de crimes participados às forças de segurança, é bom recordar que Portugal integra o conjunto de países com índices de criminalidade participada por 1000 habitantes

mais baixos, tendo uma ratio de 37 crimes por 1000 habitantes.

Cumpre salientar que, apesar do mediatismo que os recentes acontecimentos do Porto têm tido, Portugal tem uma taxa de homicídio mais baixa do que a União Europeia. Por seu turno, Lisboa é a 2.ª capital europeia onde ocorrem menos homicídios (apenas atrás de Valletta, em Malta).

Quer enumerar algumas medidas especiais aprovadas por este Governo respeitantes às políticas do MAI. Estou a lembrar-me do caso dos programas “Noite Segura”, “Táxi Seguro”, entre outros.

De facto, este Governo tem investido significativamente no desenvolvimento da actividade policial próxima das populações, na visibilidade das forças de segurança e na sua efectiva capacidade para resolver os problemas concretos dos nossos cidadãos – um Policiamento de Proximidade. Nesse âmbito, gostaria de salientar, para além do Programa “Escola Segura” a que já fiz referência, três programas que me parecem essenciais e emblemáticos da política governamental nesta matéria:

O Programa “Noite Segura”, que visa dar mais consistência, organização e eficácia à acção das forças de segurança em locais de diversão nocturna, em zonas onde a criminalidade é mais acentuada, apostando numa presença de dissuasão e acções concertadas, com várias valências, onde se incluem a prevenção e a fiscalização rodoviárias;

O Sistema “Táxi Seguro”, forma inovadora de prevenção e combate à insegurança dos taxistas, que através da utilização do GSM, do GPS e de modernos mapas digitais, permite às forças de segurança, a partir do momento em que o condutor dá o alerta, monitorizar a localização do veículo em tempo real, permitindo determinar com maior precisão o grau de perigosidade da situação, possibilitando uma melhor adequação dos meios a utilizar e das acções a desencadear;

O Programa “Idosos em Segurança”, que visa garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas, promover o conhecimento do trabalho da GNR e da PSP junto desta população e ajudar a prevenir e a evitar situações de risco. Este programa concretiza-se através do reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos, da criação de uma rede de contactos directos e imediatos entre os idosos a GNR e a PSP, em caso de necessidade, da instalação de telefones nas residências das pessoas que vivem mais isoladas e tem menos defesas e da colaboração com outras entidades que prestam apoio à terceira idade.

até 2012, de pistolas de 9mm (entre 42 mil e 50 mil) para equipar todo o dispositivo policial.

A nível da chamada delinquência juvenil, os jornais falam num aumento preocupante. Em sua opinião, é verdadeira esta afirmação, ou, pelo contrário, tratam-se de casos pontuais?

A verdade é que não se tem verificado um aumento da delinquência juvenil. Ao invés, tem-se registado uma diminuição gradual mas constante deste tipo de criminalidade. No ano de 2006 verificou-se o valor mais baixo de delinquência Juvenil desde 2002 e, tendo em conta que este ano se registou uma diminuição de 19,6 por cento em relação ao período homólogo do ano transacto, podemos estar confiantes que esta tendência decrescente se manterá.

Contudo, e reafirmo mais uma vez, cada crime é um crime a mais. E, neste caso específico, é ainda motivo de maior preocupação já que os crimes cometidos por menores de 16 anos exigem uma resposta do

GRÁFICO 1 EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE PARTICIPADA ENTRE 1998 E 2007 (ATÉ SETEMBRO)

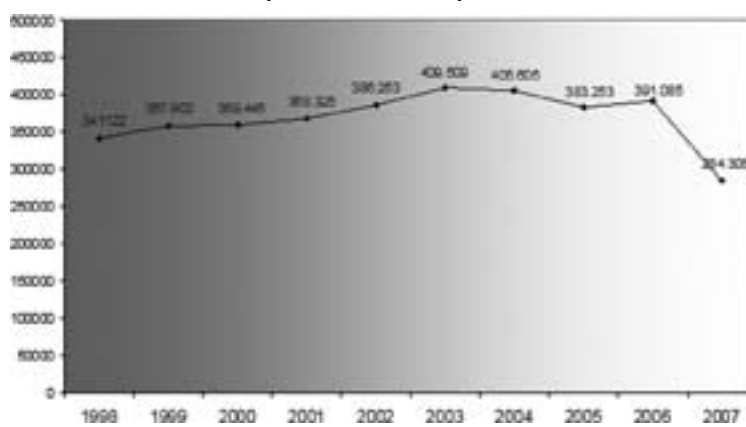
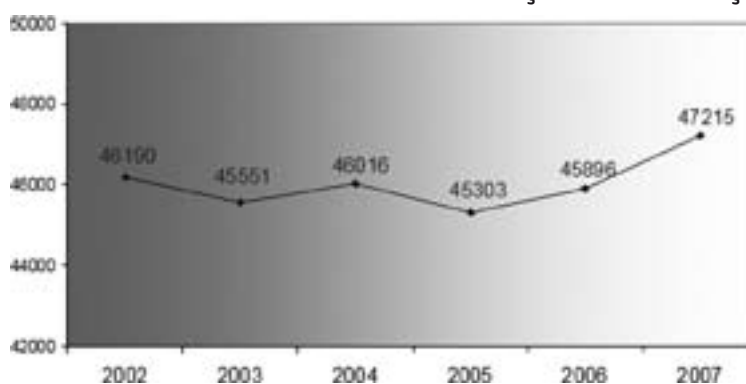


GRÁFICO 2 NÚMERO DE EFFECTIVOS DAS FORÇAS DE SEGURANÇA



OPINIÃO

CELSE GUEDES
DE CARVALHO

Será que vale a pena mantermos as actuais estruturas partidárias? Não será melhor começar a pensar em fusões e consequente criação de estruturas que verdadeiramente tenham dimensão e relevância para cumprir os desafios que hoje em dia são colocados aos partidos políticos?

PARA QUE SERVEM AS ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS LOCAIS?

CONFESSO que já há algum tempo que esta interrogação me inquieta, pelo que decidi passar para o papel algumas das minhas reflexões sobre a utilidade dos Núcleos, Concelhias e Federações do PS.

E o meu ponto de partida é: Será que vale a pena mantermos as actuais estruturas partidárias? Não será melhor começar a pensar em fusões e consequente criação de estruturas que verdadeiramente tenham dimensão e relevância para cumprir os desafios que hoje em dia são colocados aos partidos políticos?

A actividade desenvolvida pelos núcleos é raríssima. No meu caso, por exemplo, nos últimos cinco anos recebi apenas duas cartas e directamente relacionadas com actos eleitorais. Nem debates, nem avaliação da situação política, nem propostas de trabalho sobre as questões relacionadas com a Freguesia... nada. E na Concelhia a situação é muito similar.

Já a Federação realiza alguns debates e envia os respectivos convites (pena é que não seja feito um enquadramento prévio).

Estará nesta altura a pensar que isto não é novidade para ninguém. Que todos os militantes sabem disso. Mas o que dizer aos novos militantes que aderem ao PS e que não conhecem esta prática de relacionamento das estruturas locais?

Há sensivelmente um ano desafiei uma pessoa amiga para passar a militante do PS.

Após o processo burocrático, eis que chega a 1ª carta oficial do PS: um convite para um lanche e entrega de uns prémios a alguns militantes. A surpresa foi total!

A expectativa era uma carta de boas-vindas do secretário-geral, do presidente da Federação ou da Concelhia ou uma lista dos direitos e deveres de militância (entre outros). Mas não, foi um convite para um lanchinho. Penso que concordará comigo que não faz sentido.

O que se passa no PS (e com certeza noutros partidos) é que algumas estruturas partidárias apenas existem no papel. Nunca reúnem. Apenas se sabe da sua existência quando há eleições internas. Outras funcionam como cafés de duvidosa utilidade e outras há que o seu paradeiro é pura e simplesmente desconhecido da maioria dos seus militantes.

Penso que concordará comigo que não faz sentido manter estas estruturas, desperdiçar os escasos recursos existentes e sermos coniventes com o incumprimento dos objectivos para os quais foram criadas.

Estará nesta altura a pensar que está a ler mais um diagnóstico. Que até o actual secretário-geral já o tinha descrito na sua moção. Mas a verdade é que nada mudou. Por falta de vontade política tudo continua na mesma.

Pela minha parte, já tive oportunidade de escrever que as estruturas locais, nomeadamente as Concelhias e Federações, podem desempenhar

um papel preponderante no aumento da participação dos militantes no Partido Socialista (AS 1259, 1260, 1281). Mas como nada mudou eu insisto. E aproveito o facto de me ter acompanhado até aqui para passar desde já a apresentar algumas ideias sobre o que na minha opinião devem ser actividades de uma Federação (deixo as restantes estruturas para outro artigo):

- uma Federação deve servir de “plataforma logística” às concelhias e núcleos. Ou seja, deve ajudar as estruturas com menos recursos a organizar a sua actividade política. Fomentar a realização de eventos com essas estruturas em vez de serem apenas da responsabilidade da Federação;
- lançar propostas de reflexão sobre as políticas autárquicas do distrito;
- promover a formação dos militantes do Distrito para que estes possam exercer melhor a sua actividade política;
- fazer benchmarking, ou seja, identificar e disseminar as boas práticas existentes nas estruturas distritais;
- criar um gabinete de marketing político para apoio aos candidatos do PS;
- congregar ideias, iniciativas e programas eleitorais para que os eleitores possam mais facilmente perceber que existe uma matriz comum em todas as candidaturas autárquicas. Para que os eleitores percebam que o PS tem um projecto distrital;
- fazer um estudo sobre a caracterização dos militantes do distrito para perceber quem é o seu público-alvo interno;
- promover Comissões Políticas Temáticas abertas a militantes que estejam interessados na temática em análise.

Apesar de serem apenas algumas ideias avulso, partilham uma matriz comum: estão focalizadas nas necessidades, desejos e expectativas dos militantes e da população. E isso é que deve ser verdadeiramente relevante na actividade partidária.

As Federações devem assim desenvolver projectos mobilizadores, inovadores, de âmbito distrital e que sirvam de alavancagem para as actividades desenvolvidas pelas Concelhias e pelos Núcleos. Será assim mais fácil aproximar e envolver os militantes no projecto político de uma Federação e, simultaneamente, este ser relevante para a população.

O afastamento dos militantes e da população em geral, bem como as eleições internas que se avizinham devem ser vistas como uma oportunidade para, de uma vez por todas, fazer a mudança. Até porque, como já tive oportunidade de afirmar, a concorrência não dá aviso prévio.

Uma última nota para enviar um abraço solidário para todas as estruturas locais que não correspondem ao retrato aqui traçado.

Lamego defende aprofundamento das relações com Brasil Angola e Espanha



UNIVERSIDADE
MERIDIONAL
DO PS/ALGARVE

O APROFUNDAMENTO das relações de Portugal com o Brasil e Angola, enquanto “dado estável da política externa do Estado português”, foi defendido em Faro pelo deputado socialista José Lamego, numa sessão sobre “Geoestratégica, o papel de Portugal no Mundo”, no âmbito da Universidade Meridional promovida pela Federação do PS/Algarve.

O ex-secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Governo de António Guterres considerou ainda que, paralelamente à sua projecção no eixo lusófono, Portugal deve estruturar também a relação com Espanha, seu principal parceiro comercial na União Europeia.

José Lamego preconizou a continuação do relacionamento de “lealdade” política de Lisboa para com Madrid, mas consi-

derou que há necessidade de um novo estímulo em matéria de relações intra-fronteiriças e de dinâmicas regionais.

O deputado do PS que reafirmou ter uma posição “heterodoxa” sobre a regionalização, disse que esta “está feita e bem feita, faltando apenas consolidar a actual organização na base das cinco regiões”.

E considerou que, no âmbito do estreitamento de relações com o país vizinho, Portugal deve contudo evitar o envolvimento no “complexo xadrez” constituído pelas lutas nacionalistas e de autonomias no espaço espanhol.

“Portugal deve pensar profundamente, e ainda não o fez, a relação com Espanha neste novo período em que somos dois países democráticos da União Europeia, quando já há alicerces desse pensamento, temos um tecido de relações intensíssimo e em muitas áreas há já uma integração de mercados”, disse.

Definindo a presença de Portugal na União Europeia como o “dado fundamental e a grande opção da nossa política externa” após o império colonial em que predominou a conceptualização geoestratégica tradicional, baseada na dicotomia potência marítima-potência continental, José Lamego lembrou a “grande mudança” protagonizada pelo Governo de António Guterres nesta matéria em 1995, ao “batalhar para que se introduzisse a dimensão do Brasil na orientação de política externa, fora do quadro europeu.”

Segundo o deputado do PS, “o Brasil é um país que vai ter uma importância económica e também geoestratégica no século XXI”. Por isso, sustentou, “a relação com o Brasil deve ser pensada com inteligência e deve ser acarinhada pelos nossos governos”, acrescentando que este é um dos principais vectores de projecção extracomunitária importantes para Portugal.

Governo apoia grávidas e aumenta abono de família

No âmbito da política de apoio à natalidade e às famílias portuguesas, o Governo está já a conceder um novo subsídio 33 mil grávidas e a duplicar ou triplicar o abono de família a 88 mil famílias com dois ou mais filhos, disse o primeiro-ministro, José Sócrates, em Gavião, concelho de Famalicão, durante a sessão que se seguiu ao lançamento da primeira pedra da construção do Centro Social da cooperativa Mais plural.



“HÁ OS que dizem, com cinismo, que é pouco, mas esses são os que não precisam de apoio”, sublinhou, frisando que o esforço financeiro que representa esta aposta numa nova geração de políticas sociais é feita, em simultâneo, com o combate ao défice das contas públicas.

José Sócrates, que se encontrava acompanhado pelo ministro do Trabalho e Solidariedade Social Vieira da Silva, e pela secretária de Estado da Reabilitação, Idália Moniz, acrescentou que a política de incremento da natalidade e de apoio às famílias portuguesas passa, também, pelo lançamento, até 2009, de 343 novas creches, com capacidade para 15 mil crianças, o que, frisou, representa um investimento público de 100 milhões de euros.

E salientou que o investimento em creches tem, ainda, a vantagem de criar 3500 novos postos de trabalho no sector, lembrando que Portugal vai atingir já em 2009 as metas programadas até 2010 pela União Europeia para os Estados-membros.

“Gostaríamos de dar mais apoio à natalidade e às famílias, mas a actual situação das contas públicas ainda não o permite”, referiu, adiantando que os jovens casais portugueses têm de sentir que o país os apoia na criação dos filhos e no desenvolvimento das suas famílias.

O primeiro-ministro referiu, a propósito, que o Orçamento de Estado para 2008 duplica, de 160 para 320 euros, o montante que as famílias podem deduzir à colecta

em sede de IRS, sublinhando que a nova geração de políticas sociais “é a prioridade das prioridades” do Governo.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social assinalou, na ocasião, que no âmbito do programa Pares (Programa de Alargamento da rede de Equipamentos Sociais) foram aprovados 35 equipamentos no distrito de Braga, que criarão 2644 novos lugares para utentes, representando 25,5 milhões de euros de investimento público e 641 novos postos de trabalho.

O novo Centro Social, a construir pela cooperativa Mais Plural custará 3,39 milhões de euros, estará concluído em 2009, e terá as valências de creche, jardim-de-infância, bem como apoio a idosos e a cidadãos com deficiência.

Socialistas na génese do primeiro selo feito de cortiça

FACE à importância ultra-estratégica do único produto renovável no qual Portugal é líder mundial, a cortiça, alguns deputados socialistas decidiram criar um grupo de trabalho tendo em vista defender e valorizar a cultura do sobreiro.

Recordam os deputados do PS que a cortiça, enquanto produto único, natural e renovável, tem, desde há muito, estado ao serviço da nossa economia e “intimamente ligada à cultura de muitas das nossas povoações”, sobretudo na região sul, tendo-se tornado mesmo, lembram, “marca incontornável”

contribuindo com 2,7 por cento para as exportações nacionais, “sendo pois inquestionavelmente a espécie florestal com maior importância do país”.

As potencialidades deste produto sublinham os deputados do Partido Socialista, possibilitam “inúmeras e inesperadas aplicações” facto que obriga o país e os seus responsáveis políticos, “à busca incessante de novos caminhos capazes de manter o montado como património a legar aos vindouros”.

Neste sentido, os deputados do PS recomendam que se acarinhe todas as iniciativas que de algum modo zelem pela sua manutenção, apelando aos “poderes públicos” para que apostem mais no apoio “à sequenciação do genoma do sobreiro”, como forma, dizem, de “consolidarmos a nossa posição cimeira, e

passarmos a dispor do conhecimento com mais rigor das características da espécie e comportamento biológico”, reiterando assim a confiança na comunidade científica nacional.

Associando-se a esta iniciativa, e demonstrando o pioneirismo que a cortiça pode representar, os CTT, Correios de Portugal, por iniciativa do seu presidente do conselho de administração, Luís Nazaré, imaginaram e concretizaram o lançamento de uma emissão de selos comemorativos, de forma inédita e única a nível mundial, através de um selo integralmente feito de cortiça, a que muito justamente se associou a Assembleia da República, tendo aí ocorrido a cerimónia pública de apresentação em finais do passado mês de Novembro. **R.S.A.**



OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA

É indiscutível o facto de termos um país mais competitivo do que há dois anos atrás, um ambiente muito mais favorável aos negócios, mais virado para o conhecimento, inovação e tecnologia, focado no que realmente interessa

QUEM NÃO SABE É COMO QUEM NÃO VÊ!

A PUBLICAÇÃO de “rankings” e relatórios da responsabilidade de organizações internacionais constitui sempre uma oportunidade para compararmos os desempenhos de Portugal com os de vários outros países da cena internacional. Contudo, a credibilidade de tais organizações, a metodologia utilizada para levar por diante as medições necessárias à listagem dos países numa determinada ordem, a actualidade e o tipo de dados que são utilizados, bem como o rigor que é imprimido nas próprias análises qualitativas, obrigam-nos a ter cautelas na interpretação dos resultados que, apesar de tudo, nos dão também importantes sinais de quais os impactos que estão a ter no país determinadas opções políticas.

A este propósito, foram recentemente publicados dois importantes “rankings” que apontam para a existência no nosso país de um ambiente mais propício ao desenvolvimento de negócios e ao aumento da competitividade das empresas que operam ou querem operar no nosso país. Refiro-me concretamente ao Doing Business do Banco Mundial (www.doingbusiness.org) e ao Global Competitiveness Index (<http://www.gcr.weforum.org>) da responsabilidade do World Economic Forum.

O primeiro, publicado no final de Setembro, combina indicadores relevantes no âmbito da criação de bom ambiente para os negócios em 178 economias mundiais, designadamente o custo e número de procedimentos para abertura e encerramento de empresas, licenciamento, contratações e despedimentos, registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção de investidores, fiscalidade, comércio internacional ou cumprimento de contratos. Nesta edição, Portugal ocupa a 37ª posição no “ranking” global, o que corresponde a uma subida de cinco posições em relação à edição anterior (considerando os mesmos países analisados) e de oito posições em relação a 2005. Dois dos indicadores considerados no estudo sofreram subidas surpreendentes: no processo de Criação de Empresas, Portugal subiu 75 posições no “ranking” global e no Registo de Propriedade a subida foi de 30 posições. Isto em apenas dois anos!

Já o segundo, que tenta medir o nível de competitividade em 131 países mundiais, utiliza mais de uma centena de variáveis desde aquelas mais ligadas à área económica, até às relacionadas com o sistema educativo, passando por matérias ligadas à inovação. Neste índice, publicado no final do mês de Outubro, em relação à edição anterior (considerando os mesmos países analisados e a alteração da metodologia), Portugal subiu também cinco posições, ocupando agora a 40ª posição mundial.

Pode olhar-se para a actividade deste Governo dos mais variados prismas, de acordo com as mais diversas tendências, com mais ou menos dose de demagogia. No entanto, é indiscutível o facto de termos um país mais competitivo do que há dois anos atrás, um ambiente muito mais favorável aos negócios, mais virado para o conhecimento, inovação e tecnologia, focado no que realmente interessa. Em dois anos o cenário melhorou e essas melhorias são visíveis aos olhos de organizações independentes. E tudo isto acontece num contexto de forte competitividade global, em que todos os países desejam ser mais competitivos que os demais, tomando, portanto, medidas nesse sentido. Uns conseguem, outros não!

Em Portugal, é certo, tais tendências positivas nem sempre são perceptíveis aos olhos da oposição. No entanto, costumamos dizer que “quem não sabe é como quem não vê”. Ora, pelo menos aquela oposição que teve responsabilidades recentes na governação do país, na verdade, quando esteve no poder não soube mudar as coisas. Por isso, é perfeitamente natural que, agora, não consiga ver os progressos que, de facto, estão à vista de todos.

OPINIÃO



JOÃO DE ASSUNÇÃO RIBEIRO
Docente universitário
Presidente da Comissão
Nacional da Juventude
Socialista

O Estado devia incentivar as famílias mais desfavorecidas a ter apenas um filho e incentivar, com justiça e equidade, as famílias mais ricas a terem mais de 3/4 filhos

POR QUE RAZÃO...

... algumas políticas de natalidade não podem ser de esquerda

NO ACTUAL estado do planeta, com a pressão existente sobre os recursos naturais e os efeitos nefastos no aquecimento global resultantes de um aumento exponencial da população mundial, aprovar políticas de natalidade é como dar tiros num barril de pólvora. Clima e água são factores determinantes para a nossa sobrevivência. São já causa de guerra (Darfur).

Que razões existem para se incentivar as pessoas a ter mais filhos por dinheiro (no fundo, é por dinheiro: o Estado promete mais dinheiro e menos impostos a quem tiver mais filhos, e ainda acrescenta diferenciação em razão dos rendimentos declarados em sede de IRS – muito para além da mera ajuda especial constante da Declaração Universal dos Direitos Humanos)? Podem ser razões que sirvam objectivos demográficos ou fins redistributivos da riqueza nacional (quero acreditar que não existe qualquer outra de natureza étnica!).

Nos moldes tradicionalmente apresentados dificilmente será redistributiva – como seria de esperar numa política de esquerda. Senão vejamos: no caso das famílias mais desfavorecidas, estes subsídios são relevantes para o seu limitado orçamento familiar e contribuirão para maiores taxas de reprodução (tal como se pretende), agravando, contudo, o ciclo de pobreza em que o seu círculo familiar se encontra, dado que existirão mais pessoas para partilhar o rendimento expectável na sua vida activa já de si condicionado estruturalmente, mesmo com Novas Oportunidades. Para quem tem uma situação privilegiada, estas políticas são indiferentes – as famílias privilegiadas têm a liberdade absoluta de decidir o número de filhos, independentemente de apoios públicos. Não sou eu que o digo, nem é uma opinião cínica/finalista: o INE acaba de publicar dados demonstrando que “os idosos e as famílias numerosas constituem os grupos a que corresponde o maior risco de pobreza (42 por cento), sendo que, no extremo oposto, encontram-se os agregados com dois adultos e uma criança (14 por cento) ou sem filhos (15 por cento)”.

Para que de facto houvesse uma política activa de redistribuição da riqueza nacional, fosse esse o principal objectivo, o Estado devia incentivar as famílias mais desfavorecidas a ter apenas um filho e incentivar, com justiça e equidade, as famílias mais ricas a terem mais de 3/4 filhos.

Não há lugar nesta discussão para qualquer juízo moral ou qualquer concessão ao finalismo/maquiavelismo que impregna a política ocidental (os fins têm justificado muitos meios). Nem há lugar a acusações de maoísmo – sem esquecer, por um só segundo, todos os dramas associados à política do filho único –; é uma verdade incontornável que

essa política foi, em grande medida, responsável pelo crescimento económico estrutural da economia chinesa nos últimos 20 anos – concorde-se ou não. As medidas que propomos não têm carácter imperativo nem comportam qualquer espécie de sanção. Possibilitam aliar os objectivos demográficos (que não nos entusiasmam) a objectivos de combate à pobreza.

Quanto ao plano demográfico, as políticas de natalidade na Europa têm sido sempre rodeadas de laivos de racismo e xenofobia – há várias correntes de opinião de extrema direita a pregar para que as famílias europeias (leia-se caucasianas) possam receber sérios incentivos de natalidade para combater o desequilíbrio populacional com as comunidades imigrantes que por razões culturais e religiosas têm “muitos filhos”. Se o país, ou a Europa, precisam de mais gente, então que se abram as portas aos milhões de africanos, sul-americanos e asiáticos que estão dispostos a trabalhar na Europa e fomentem-se as redes legais de adopção internacional – até ao limite que impeça uma industrialização do mecanismo resultante de qualquer medida directa ou indirecta de fomento da natalidade nos países menos desenvolvidos.

Estamos contudo reféns de ideias de nacionalidade ou patriotismo que atravessam os vários quadrantes ideológicos na Europa. Ora, os projectos de nacionalidade devem assumir-se (ou pelo menos os projectos da esquerda devem assumir-los) não como ideias assentes em pressupostos étnicos (não deve ser relevante que haja uma origem étnica associada à ideia da história do respectivo Estado) mas como projectos político-culturais de realização de grandes valores universais.

Por estas e muitas outras razões, é um choque tremendo partidos de esquerda apoiarem medidas de incentivo à natalidade. Neste ciclo louco de crescimentos económicos, de empresas que aumentam facturações sem fim, da necessidade interminável de mais e mais consumidores, olhe-se para a sociedade tendo em consideração toda a Humanidade e não apenas secções étnicas, com o intuito de satisfazer agendas políticas pouco profundas.

A esquerda tem que ser mais universalista do que nunca. Se há falta de gente para alimentar a máquina da economia liberal, então aceitem-se pessoas de zonas mais desfavorecidas do planeta e veja-se a redistribuição para além do rectângulo, mas à escala global. Que a economia liberal seja um meio e não um fim. Sejamos menos ricos para que outros sejam menos pobres. Com certeza se abrirão portas a indesejáveis radicalismos de direita. Mas o que a esquerda precisa é de uma boa luta.

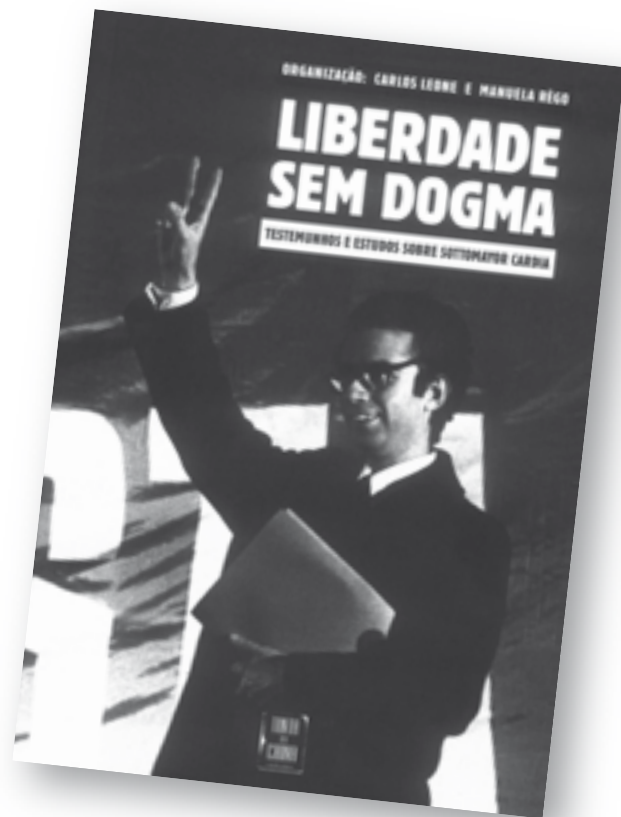
“Liberdade Sem Dogma” homenageia Sottomayor Cardia

“LIBERDADE Sem Dogma”, um livro coordenado por Carlos Leone e Manuela Rêgo, que recolhe testemunhos e estudos sobre o antigo dirigente socialista Sottomayor Cardia, foi apresentado no dia 18 pelo presidente do PS, Almeida Santos, no auditório da Fundação Mário Soares.

Na sessão que contou com a presença de Mário Soares e do primeiro-ministro, José Sócrates, entre muitos amigos e companheiros de jornada do antigo ministro da Educação e deputado socialista, o presidente do PS, Almeida Santos, salientou “a capacidade de antecipação” política de Sottomayor Cardia e a “extraordinária maturidade dos textos” filosóficos que começou a escrever ainda na juventude.

“Frágil de corpo e rijo de alma, o estudante Cardia defendeu a independência da Índia sabendo bem do que falava, tendo por isso sido expulso do liceu do Porto”, recordou Almeida Santos, sublinhando que o resistente antifascista e co-fundador do nosso partido “tinha apenas 20 anos quando redigiu o ensaio ‘Racionalismo, Consciência Metodológica’, só agora editado”.

Na sua intervenção, Almeida Santos referiu ainda que Sottomayor Cardia era “um homem de uma



grande exigência e rigor e um purista da língua”.

Intervindo também na apresentação de “Liberdade Sem Dogma”, Mário Soares destacou no seu antigo camarada “a coragem, a inteligência e o extraordinário sentido de dignidade” que fizeram dele “um grande português”.

“Liberdade Sem Dogma” é um volume colectivo que reúne textos de autores como Miguel Real e Medeiros Ferreira, Mário Cláudio e António Braz Teixeira, Gastão Cruz e António Reis e ainda de-

poimentos de personalidades como Mário Soares, Vasco Vieira de Almeida e Jorge Miranda, entre outros.

Os testemunhos e os estudos que integram a “Liberdade Sem Dogma” dão ao leitor “não só uma imagem rica e informada sobre a vida do homenageado e sua influência na formação da democracia portuguesa, mas também uma séria análise da história política e intelectual portuguesa desde a segunda metade do século XX até ao presente”.

Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**

ENTIDADE	20132
REFERÊNCIA	0000...+ N.º DE MILITANTE (total de 9 dígitos)
MONTANTE	Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24.00 eur Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12.00 eur

Linha Azul
808 201 695

Contamos consigo!



Novas estações do metro com elevados níveis de segurança



“ISTO é uma obra importantíssima para a cidade de Lisboa, liga o transporte ferroviário e o metro, mas também o fluvial, mas o mais importante nesta obra era acabá-la”, disse José Sócrates, na inauguração das estações de metro do Terreiro do Paço e Santa Apolónia, sublinhando que a obra “obedece às mais modernas e exigentes normas da engenharia e está preparada para responder a todos os problemas de segurança”.

O primeiro-ministro realçou ainda que a obra “prevê todas as situações de emergência que são necessárias ter em consideração antes de uma obra destas entrar em funcionamento”.

Na cerimónia, José Sócrates afirmou ainda que o fim desta obra era uma oportunidade para tratar de outras áreas nobres de Lisboa, dando como exemplo a zona ribeirinha (do Cais do Sodré a Santa

Apolónia) e frisou o “acordo histórico” conseguido entre o Governo e a Câmara de Lisboa quanto aos terrenos desta zona.

O primeiro-ministro falava depois de ter feito o percurso de metro entre Santa Apolónia e o Terreiro do Paço, viagem que durou pouco mais de dois minutos.

Por sua vez, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Mário Lino, garantiu também total segurança para os passageiros que usem as estações agora inauguradas.

Mário Lino falava após a cerimónia de inauguração, em que estiveram também presentes a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, o secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina, e o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa.

Salário mínimo tem o maior aumento da última década

O SALÁRIO mínimo nacional vai ser de 426 euros a partir de Janeiro do próximo ano, mais 23 euros do que actualmente, o que corresponde a um aumento de 5,7 por cento.

“É o maior aumento da última década”, sublinhou no dia 17 o primeiro-ministro, José Sócrates, após uma reunião de Concertação Social em que anunciou o novo valor.

O aumento insere-se no âmbito do acordo tripartido assinado no ano passado entre o Governo e as confederações sindicais e patronais que prevê uma evolução significativa do salário mínimo, de modo a atingir os 450 euros, em 2009, e os 500 euros, em 2011.

O primeiro-ministro salientou que o salário mínimo nacional é um instrumento “muito importante para o combate à pobreza dos trabalhadores”, pelo que o Governo está “muito satisfeito” com o resultado da reunião com os parceiros sociais.

José Sócrates disse ainda que

o aumento “reflecte a situação da economia, que está agora em situação de ajudar os que mais precisam”.

Além da actualização do salário mínimo, o acordo prevê a promoção de diversas iniciativas de apoio às empresas em 2008 e 2009, com “o objectivo de melhorar as condições de sustentabilidade dos objectivos fixados para a evolução do salário mínimo nacional até 2011”.

As confederações sindicais manifestaram-se satisfeitas com o valor fixado para o salário mínimo para o próximo ano, enquanto que as confederações patronais optaram por não falar aos jornalistas no final da reunião de concertação social.

João Proença, secretário-geral da UGT, afirmou que este é um “instrumento fundamental para os mais pobres melhorarem a sua condição de vida”, enquanto o coordenador da CGTP, Carvalho da Silva, referiu que é uma “medida importante de combate à pobreza”.

OPINIÃO



LUÍSA VASCONCELOS
Professora na Universidade Fernando Pessoa

Mas em 2005 esta jovem minha sociedade portuguesa votou maioritariamente por um Governo que os fez voltar a acreditar. Um voto que dizia que pior do que haver pouco é dividir mal e que era chegado o tempo dos que fazem

O DILEMA DO INGLÊS

1. CONTAVA o meu avô a estória de um jovem inglês de famílias abastadas, que vivia aprazmente, não por mérito próprio mas por obra dos seus progenitores. Certa vez, seu pai entendeu ter chegado a hora do filho organizar a sua própria economia. Esgotado que fosse o tempo que lhe dava para tão difícil transição, acabariam as moedas. Ora, o bom nome do jovem inglês assentava no convívio dispendioso com os seus pares. Eram imprescindíveis as despesas para o alfaiate, o camarote no teatro ou as noitadas nos cafés bourgeois onde todos sabiam sempre da melhor política. Restava-lhe cortar nas despesas com o seu lindo cavalo branco. E assim o fez. Mas quando a ração que lhe dava era já tão curta e a despesa tão pouca... o cavalo morreu.

2. Não conheço estórias de dilemas de jovens portugueses. Porque, na sua maioria, não têm moedas ou bonitos cavalos brancos, nem convivem em cafés bourgeois. Descendem de gerações com hábitos de trabalho quase dolorosos (fosse essa intensidade de trabalho somada ao conhecimento de hoje e como seria a produtividade portuguesa!...) Alguns entraram numa letargia que o tempo não redime. Assistiram à promoção de falsas esperanças que, invariavelmente, no país dos cursos de formação e dos estágios acabam na precariedade do trabalho e no Fundo de Desemprego. E com o passar dos anos enfileiraram o descontentamento, o desleixo, a média do quinto da população que vive entre a pobreza e a pobreza extrema... há tantos anos assim que, dir-se-ia, só pode interessar a alguém(s).

Mas em 2005 esta jovem minha sociedade portuguesa votou maioritariamente por um Governo que os fez voltar a acreditar. Um voto que dizia que pior do que haver pouco é dividir mal e que era chegado o tempo dos que fazem.

3. Esforçando-se por honrar este sufrágio de 2005, tem este Governo persistido num difícil e muitas vezes mal entendido equilíbrio entre a produção/risco/lucro e a partilha tão séria quanto participada dessa mesma produção. É um equilíbrio ingrato, porque pressupõe um indispensável alinhamento da produtividade com os nossos velhos e novos parceiros comerciais, o que inevitavelmente favorece o desemprego quando não se quer o agravamento da inflação. Importa pois procurar novas e diferentes formas de produção. Se possível sem recorrer à importação. Se possível potenciando a exportação. Tanto melhor se beneficiar o equilíbrio entre o litoral e o interior económicos. E se diminuir a nossa dependência energética?

Talvez a resposta esteja na terra, com mais ou menos matéria orgânica, sol, água ou tecnologia, mas sempre a terra. Aliás, num país quase sem recursos naturais, quase só de serviços, não será urgente potenciar exactamente os parques meios que possuímos?

4. Corria o ano de 2001 quando, no decurso dos trabalhos dos deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista à Assembleia da República, se aventou a possibilidade de, através de um novo formato para a tributação do património, se aumentar ao pouco que produzíamos e, mais ainda, fazê-lo dividindo-o melhor. No caso, ainda que com evidentes custos

políticos, a preocupação era sobretudo com a reforma da tributação dos prédios rústicos. A ausência dessa reforma, entendia-se, equivalia a uma certa cumplicidade com o abandono e uso ineficiente dos solos do Norte ao Sul do país, com pesadas consequências sobre as dinâmicas de crescimento da economia portuguesa. Mais ainda, determinava o esquecimento de uma importante fonte de captação de receita, necessária a uma justa redistribuição pelo Estado. Mas sobretudo, de uma forma mais essencial, atrasava a abertura da posse da terra às famílias, de forma a que as pudessem usar e reproduzir, arrasando uma multiplicidade de actividades, de ofertas e de emprego.

Claro que para o uso eficiente dos solos não bastaria a sua taxa actualizada ou sequer a sua, daí decorrente, posse repartida. Seria necessário garantir uma escala suficiente que possibilitasse a obtenção de uma produtividade mínima, bem como incentivos que conduzissem a uma concentração fundiária bastante e não excessiva. Ainda que esse percurso demorasse, argumentava-se, permaneceria o benefício da limpeza das matas, da redução de fogos florestais, do aproveitamento energético da fileira da floresta, da activação de um recurso produtivo imenso e desperdiçado em Portugal, com benefícios imediatos e amplos ao nível do emprego, directa ou indirectamente relacionado.

5. No caso, em 2001, a proposta foi adiada por ausência de cadastro das propriedades rústicas, o que impossibilitava qualquer tentativa de reforma. Posteriormente, em 2003, o IMI estabelecerá um prazo de dez anos para a correcção do então designado imposto autárquico para prédios rústicos e urbanos. E três anos mais tarde, a Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2006, de 4 de Maio, estabelecerá as grandes orientações para a produção de um Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC), suporte para a sistematização da propriedade imobiliária com o registo predial, as inscrições matriciais e as informações cadastrais. Esgotadas que estão as moedas e o longo tempo para a reorganização da nossa economia, o povo português observa atento as opções governativas, expectante perante a lembrança daquelas outras que, primeiro emagreceram e pouco mais tarde esfomearam, o cavalo do inglês.

É chegado o tempo dos que fazem. Por que não atribuir já um imposto mínimo, autónomo e correctivo a esse património terra, no período que medeia a reunião das informações cadastrais da propriedade rústica? Fazê-lo já, potenciaria já alguma transformação, através da sua directa rentabilização ou da sua venda a quem a rentabilize, a montante e a juzante, potenciando desde as infra-estruturas, à energia, à prevenção de fogos, ao turismo, aos pequenos núcleos de construção, tudo no benefício do aumento do emprego.

Porquê já? Porque tudo o que torna a terra vã prejudica os níveis de emprego. Porque nesta difícil partilha, não é justo nem equilibrado que a terra esteja parada, ao abandono, mais grave ainda porque assim acontece não por ignorância mas por opção. O que se propõe é de facto um imposto sobre este desleixo e este desperdício. Neste caso, um imposto catalizador do crescimento, da produção e do emprego.

OPINIÃO



PAULA NOBRE
DE DEUS
Deputada do PS

Mas temos de fazer mais, de ter a ambição de fazer do Alentejo um ambiente vibrante que atraia massa crítica, de o tornar uma região demarcada do desenvolvimento com qualidade à escala internacional, no quadro de um país com maior coesão social

PELO ALENTEJO GLOBAL

O DESENVOLVIMENTO do interior é uma matéria que tem de ser olhada em várias perspectivas. Na convicção que há um compromisso claro do Partido Socialista com o Alentejo, é importante termos presente o investimento que se está a operar numa região reconhecida pela marca do desenvolvimento sustentável.

Começo com uma questão nevrálgica para o Alentejo: Alqueva, construído com o impulso do Partido Socialista. Esta marca está colada à pele do Partido Socialista. E mais uma vez, é com a governação socialista que a sua conclusão vai ser antecipada em 12 anos, agora para 2013. Neste momento está em perfeita expansão o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, com uma aposta fortíssima nas áreas: da agricultura, turismo, energia e ambiente.

Mas refiro também outros investimentos associados à criação de postos de trabalho e motores do desenvolvimento do interior, de que destaco a forte aposta no turismo em todo o Alentejo e na agricultura, especialmente no regadio, com forte expressão no olival. É importante termos presente que tanto o turismo, como a agricultura e os produtos que lhe estão associados, em particular o azeite, são recursos endógenos da região e factores de competitividade à escala internacional.

Na saúde vai finalmente ser construído em Évora o hospital central do Alentejo, aumentando a nossa capacidade de resposta e autonomia. E gostaria ainda de citar a criação da unidade de convalescença para doentes vítimas de AVC, única no país. Ao nível dos cuidados de saúde primários no distrito de Évora, dou boa nota da construção de novos centros de saúde, respectivamente em Viana do Alentejo e Borba, e das Unidades de Saúde Familiar em funcionamento.

Na educação deixo duas referências que denotam a preocupação com a estabilização das nossas crianças no interior. Por um lado, o facto de todas as escolas secundárias do Alentejo, 26 escolas mais precisamente, estarem a ser profundamente requalificadas. Por outro lado, a construção de centros escolares, em zonas como Alandroal e nas aldeias do interior profundo, concretamente em Pias. Ainda na área da educação, deixo uma nota sobre o acesso de todas as escolas públicas à banda larga. Esta medida é particularmente sensível para as crianças do interior e é inequivocamente uma questão de igualdade de oportunidades porque lhes permite ter acesso à informação como todas as outras.

Mas temos de fazer mais, de ter a ambição de fazer do Alentejo um ambiente vibrante que atraia massa crítica, de o tornar uma região demarcada do desenvolvimento com qualidade à escala internacional, no quadro de um país com maior coesão social. Esta utopia será tanto mais conseguida quanto mais olharmos para a região como um potencial de desenvolvimento do próprio país. O QREN, no âmbito do Programa Temático Valorização do Território, aponta um caminho para o desenvolvimento do interior.

As orientações do Eixo VI desse Programa apostam claramente numa política policêntrica de cidades, com o reforço das relações urbano-rurais, numa lógica de rede de conexões múltiplas, conferindo uma outra centralidade aos territórios de interior. Aqui temos de repensar claramente o papel do espaço rural e atribuir uma importância específica a cada uma das nossas aldeias, vilas e cidades, na certeza porém que esta questão se coloca nas opções que estamos a fazer hoje mesmo.

O Alentejo também é uma das âncoras do nosso crescimento, um factor de competitividade de Portugal. Por esta razão e para cada mulher e cada homem que vive ou deseje viver no Alentejo temos de acreditar na vantagem de uma aposta articulada e coesa de quem está à frente da governação do Alentejo: autarcas e Governo.

INEM reforçado com mais viaturas e profissionais

NO ÂMBITO da aposta do Governo em dotar a emergência médica com mais meios, três novas ambulâncias de Suporte Imediato de Vida e uma Ambulância de Suporte Básico de Vida do INEM entraram dia 15 de Dezembro em funcionamento. Foram contratados 37 novos profissionais.

As novas ambulâncias estão localizadas em Cantanhede/Mira, Peniche e Seia, sendo estas unidades de Suporte Imediato de Vida. Estes meios estão baseados no Hospital de Cantanhede, Hospital de Seia e Hospital de Peniche. Passam a existir 16 unidades deste tipo em funcionamento no território de Portugal Continental. Por sua vez, a ambulância de Suporte Básico de Vida está localizada no Hospital de Ovar. Para o funcionamento destas ambulâncias o INEM contratou 37 novos trabalhadores: 23 técnicos de ambulância de emergência e 14 enfermeiros.

As ambulâncias do INEM são destinadas à estabilização e transporte de doentes que necessitem de assistência durante o transporte, cuja tripulação e equipamento permitem a aplicação de medidas de Suporte Básico de Vida e de medidas de Suporte Imediato de Vida.

As Ambulâncias de Suporte Básico de Vida são tripuladas por dois técnicos de ambulância de emergência. Do equipamento faz parte material de avaliação e estabilização, quer nas vertentes de trauma e doença súbita. Estão também equipadas com Desfibrilhador Automático Externo.

A tripulação da Ambulância de Suporte Imediato de Vida é constituída por um enfermeiro e um técnico de ambulância de emergência. Ao nível dos recursos técnicos tem a carga de uma ambulância de suporte básico de vida, acrescida de um monitor-desfibrilhador e diversos fármacos. O equipamento das SIV



permite a transmissão de electrocardiograma e sinais vitais.

Região Norte

Entretanto, também desde 1 de Dezembro que o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) dispõe, na região Norte, de 11 ambulâncias, uma viatura médica do INEM e 113 novos profissionais.

“As populações passam a ter condições de transporte mais rápidas e com muito boas condições e atendimento até de emergência, para uma urgência”, afirmou o ministro da Saúde, Correia de Campos, comentando a entrada em serviço de 11 novas ambulâncias do INEM.

Correia de Campos realçou ainda que mais medidas estão a ser aplicadas para melhorar o atendimento à população, entre as quais consultas das 8 até às 22 horas nos locais que vão ficar sem urgências, bem como a disponibilização de consultas de especialidade.

As novas ambulâncias de Suporte Imediato de Vida estão lo-

calizadas em Gondomar, Amarante, Régua, Fafe, Cabeceiras de Basto, Montalegre, Mirandela, Vila Conde e Santo Tirso. Chaves e Espinho receberam ambulâncias de Suporte Básico de Vida.

A viatura médica de emergência e reanimação (VMER), que fica no Hospital de Santa Maria da Feira, funciona com médicos e enfermeiros desta unidade hospitalar, e é a 38.ª unidade deste tipo a entrar em funcionamento no território de

Portugal Continental.

As ambulâncias do INEM destinam-se à estabilização e transporte de doentes que necessitem de assistência durante o transporte, cuja tripulação e equipamento permitem a aplicação de medidas de Suporte Básico de Vida e de medidas de Suporte Imediato de Vida. Para assegurar o funcionamento das ambulâncias, o INEM contratou 113 novos profissionais, entre os quais 71 técnicos de ambulância de emergência e 42 enfermeiros.

A VMER é um veículo de intervenção pré-hospitalar, concebido para o transporte rápido de uma equipa, constituída por um médico e um enfermeiro, directamente ao local onde se encontra o doente, dispondo de equipamento para o Suporte Avançado de Vida.

A prestação de socorros no local da ocorrência, o transporte assistido das vítimas para o hospital adequado e a articulação entre os vários intervenientes do Sistema Integrado de Emergência Médica são as principais tarefas do INEM.

Governo aprova procriação medicamente assistida

O CONSELHO de Ministros aprovou a regulamentação da lei da procriação medicamente assistida (PMA) no que respeita à composição e funcionamento dos centros autorizados a utilizar estas técnicas, bem como a conservação, acesso e finalidade dos dados pessoais.

Após a publicação do diploma, “os centros de PMA podem requerer ao Ministério da Saúde, através da ARS respectiva, autorização para ministrar estas técnicas, a qual será submetida a parecer obrigatório do Conselho Nacional da PMA”.

O Governo pode agora dar cumprimento ao programa de apoio à PMA, anunciado na abertura do debate orçamental, para alcançar a universalidade de acesso a estas técnicas. Paralelamente, o Ministério da Saúde tem em preparação os regulamentos de financiamento, quer para o sector público, quer para o privado, bem como o sistema de informação previsto neste diploma.

E estão também a ser preparados protocolos de orientação clínica, a consensualizar entre especialistas, para serem depois submetidos ao

Conselho Nacional da PMA.

“Ficamos habilitados a organizar o processo”, disse o ministro da Saúde, Correia de Campos, acrescentando que “está quase pronta a portaria sobre atribuições público/privadas”.

Com a execução completa do programa, nesta primeira fase, o Governo espera com 12 milhões de euros de encargos públicos adicionais, realizar 6250 ciclos de tratamentos, dos quais poderão resultar mais 1400 gravidezes e, previsivelmente, mais 1750 recém-nascidos.

Sócrates inaugura Loja do Cidadão de “segunda geração”



A LOJA do Cidadão de “segunda geração” vai permitir mais qualidade do serviço público e maior rapidez dos serviços municipais, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, na inauguração do primeiro destes espaços, em Odivelas.

O espaço mostra “uma Administração Pública à altura dos tempos, com vontade de se modernizar e que não se resigna a ficar na mesma”, defendeu José Sócrates, no dia 17, durante a inauguração da loja, no centro comercial Odivelas Parque.

Segundo o primeiro-ministro, a Loja do Cidadão de “segunda geração” em Odivelas “podia ser confundida com uma das mais promissoras e mais vanguardistas empresas do país”, alicerçada no “melhor funcionamento” e na “melhor qualidade” do serviço público.

Após salientar a novidade da existência de serviços camarários na Loja do Cidadão, José Sócrates considerou a “maior rapidez e simplicidade” dos serviços municipais como “essencial para a competitividade entre municípios”.

Por sua vez, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, classificou a inauguração destas lojas de “revolução cultural”, por proporcionar uma organização dos serviços “em função da necessidade dos cidadãos” e pela junção de diversos serviços públicos.

Já a presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Susana Amador, disse que a Loja do Cidadão é “um espaço único com mais-valias em termos de economia de tempo e acessibilidade” e “coloca Odivelas no centro da modernização”.

A Loja do Cidadão de “segunda geração” em Odivelas inclui um

balcão multisserviços, onde poderão ser resolvidos vários problemas em simultâneo.

Naquele espaço existe também a Loja da Empresa, que visa disponibilizar informação e fornecer serviços relativos ao contacto das empresas com a administração pública, além de diversos serviços locais, como o apoio aos imigrantes, os licenciamentos municipais e informação relativa a programas como a Inserção na Vida Activa (UNIVA) e o Novas Oportunidades.

A Loja do Cidadão engloba ainda balcões dedicados a serviços públicos e privados como os Correios, as Finanças, a Segurança Social e os Registos e Identificação Civil.

O espaço em Odivelas funciona das 8h30 às 19h30 nos dias úteis, e das 9h30 às 15 horas aos sábados.

OPINIÃO



MARIA JOSÉ GÂMBOA
Deputada do PS

Os deputados do Partido Socialista na Assembleia da República cumpriram, uma vez mais, a missão de representar e defender o interesse de vários grupos profissionais que optem por constituírem-se em associação profissional e os direitos dos cidadãos, utentes dos serviços destes sectores profissionais

REGIME JURÍDICO DAS ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS PROFISSIONAIS APROVADO NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O GRUPO Parlamentar do Partido Socialista apresentou o primeiro projecto de lei sobre o regime jurídico da criação, a organização e o funcionamento de novas associações públicas profissionais.

Trata-se de um projecto de lei, que traduz a vontade política e o interesse do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em articulação com o Governo, de contribuir para o fortalecimento e facilitação da auto-regulação, no quadro da descentralização administrativa prevista na Constituição.

A inexistência no ordenamento jurídico português de uma lei geral das associações profissionais que, sob a forma de diploma genérico ou código estabelecesse de forma unitária e sistemática o estatuto jurídico das diversas ordens profissionais, constituía para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma significativa preocupação dada a pressão existente por parte de diversos grupos profissionais no sentido da criação da respectiva associação pública ser hoje elevada.

Na perspectiva da salvaguarda do interesse público e da defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos em geral, incluindo dos respectivos membros destas associações públicas, importava assegurar que as ordens profissionais não se transformassem em “grupos de interesses” oficiais, susceptíveis de gerarem o mesmo interesse por parte de muitos outros grupos de profissionais em se organizarem e constituírem novas “Ordens”. O Grupo Parlamentar interpretou desta forma, lê-se na exposição de motivos, da iniciativa em questão, a necessidade de desencadear um equilíbrio e concordância prática entre o interesse público que lhe deve estar subjacente, os direitos fundamentais de muitos cidadãos e o interesse colectivo da profissão em causa.

São assim ideias fundamentais desta lei-quadro:

- estabelecer os requisitos substantivos e procedimentais da criação de novas associações públicas de direito privado;
- assegurar os requisitos essenciais da sua organização democrática interna, segundo os princípios da democracia representativa;
- garantir o exercício da função de supervisão profissional, incluindo a função disciplinar, por um órgão dotado de condições de independência dentro das associações;
- acautelar a tomada em conta dos interesses dos utentes dos serviços profissionais.

Esta lei-quadro representa, assim, uma resposta significativa do aprofundamento da democracia e da descentralização administrativa.

Em 29 de Novembro, o Plenário da Assembleia da República aprovou este projecto-lei com os votos favoráveis do PS, do PSD, as abstenções do PCP e do BE e o voto contra do CDS/PP

Os deputados do Partido Socialista na Assembleia da República cumpriram, uma vez mais, a missão de representar e defender o interesse de vários grupos profissionais que optem por constituírem-se em associação profissional e os direitos dos cidadãos, utentes dos serviços destes sectores profissionais.



Deputados do PS de Braga vão estar “24 Horas com a Saúde”

OS DEPUTADOS do PS eleitos pelo círculo de Braga vão realizar uma acção denominada “24 Horas com a Saúde”, que terá lugar nos dias 28 e 29 de Dezembro na área de influência do Centro Hospitalar Alto Ave – concelhos de Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães e Vizela.

O objectivo desta iniciativa é acompanhar “in loco” durante um dia (24 horas) vários serviços do Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente os Hospitais de Guimarães e Fafe, que compõem o Centro Hospitalar Alto Ave, os diversos Centros de Saúde, as Unidades de Saúde Familiar, os cuidados continuados, entre outros.

Nesta área e no dia 28 de Dezembro serão inauguradas quatro novas Unidades de Saúde Familiar (USF) duas na cidade de Guimarães e duas nas Caldas das Taipas.



Para acompanhar um maior número de situações serão constituídos dois grupos de deputados. Estarão presentes os parlamentares António José Seguro, Teresa Venda, Miguel Laranjeiro, Isabel Jorge, Isabel Coutinho, Manuel Mota,

Ricardo Gonçalves, Sónia Fertuzinhos e Nuno Sá.

No início das “24 Horas com a Saúde”, decorrerá uma reunião de trabalho com os diversos profissionais e responsáveis dos serviços a visitar.

“A minha prioridade é a dinamiz

JOAQUIM VALENTE, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

A Guarda tem em José Sócrates “um amigo”, afirma Joaquim Valente, que não tem dúvidas em considerar que o primeiro-ministro “está a mudar a face do país”, designadamente através do “modelo de desenvolvimento que tem perseguido com grande determinação”.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Câmara Municipal da Guarda sublinha que “a dinamização da economia do concelho” tem sido a sua prioridade central, já que é a condição decisiva para promover o desenvolvimento sustentável e travar a desertificação.

J. C. CASTELO BRANCO

Ao longo deste mandato quais têm sido as prioridades da Câmara?

A minha prioridade central é a dinamização da economia do concelho. Tenho concentrado o essencial das minhas forças nesta batalha, a batalha da economia, do crescimento económico, do emprego. Porque tenho consciência de que esta é a batalha decisiva. É ela que pode garantir o crescimento. Sem economia, não há desenvolvimento sustentável. Nada nos pode valer. É por isso que aposto nesta frente. Mas é claro que continuo a preocupar-me com a gestão da cidade e das freguesias. Que dedico muito atenção à oferta cultural do concelho, que já é relevante, mesmo ao nível regional. Que estão já em curso vários programas para a reabilitação integral do centro histórico, até porque sei que só uma cidade atractiva pode ser uma cidade competitiva. Mas, repito, a minha prioridade é a frente económica. E espero ter resultados muito em breve.

De que forma o município, no âmbito das suas competências e limitações de ordem financeira, tem combatido a desertificação?

Em primeiro lugar, devo dizer-lhe que a desertificação se combate essencialmente através do crescimento económico, nos termos que acabei de lhe referir. Depois, torna-se necessário apostar na qualidade, numa oferta específica de produtos que façam a diferença. As zonas rurais, por exemplo, se forem dotadas de equipamentos e se forem atractivas podem oferecer bons níveis de qualidade de vida e com aspectos competitivos, propondo-se quer como zonas de primeira residência quer como zonas de segunda residência. Quem trabalha na cidade pode muito bem viver, e com mais qualidade, na zona rural. Estamos a falar de tempos muito curtos de deslocação, em particular se comparados com os tempos exigidos pelo intenso tráfego nas cidades.

Que comentário lhe merece a actuação do Governo no que concerne à Guarda?

Temos tido da parte do Governo a melhor cooperação em todos os projectos que lhe submetemos. Noto uma sensibilidade muito especial da generalidade dos governantes em relação à nossa cidade e ao nosso concelho.

Repare que, por exemplo, poderia ter respondido já à sua pergunta anterior salientando que as novas rodovias lançadas por este Governo e como impacto directo na Guarda, para além de reduzirem sinistralidade, também combatem a desertificação e promovem a coesão nacional. Como o primeiro-ministro tem dito, trata-se de um acto de justiça para com o interior, mas, para nós, que cá vivemos, é uma oportunidade de desenvolvimento que se abre.

Outra importante infra-estrutura que tem recebido o maior apoio da parte do Governo é a plataforma logística da Guarda. Inserida no programa Portugal Logístico, a plataforma da Guarda era uma velha ambição dos guardenses e deve ser encarada como uma âncora para novos investimentos, colocando a cidade e a região como um importante ponto de cruzamento entre rotas e pessoas, muito atractivo para o investimento. A Guarda só tem a ganhar com esta nova centralidade

Por outro lado, são públicas as importantíssimas medidas de discriminação positiva que este Governo (e os governos do Partido Socialista) tem tomado em relação a todo o interior. Designadamente em matéria de acessos rodoviários e de benefícios fiscais. As recentes medidas de redução do IRC, conjugadas com a política de isenção de portagens para esta Região, irão produzir efectivos resultados na frente económica, já que os incentivos à fixação de empresas nesta zona começam a ser significativos e a representar uma vantagem competitiva importante em relação a outras zonas.

Continuaremos a bater-nos por novos incentivos, na medida do razoável.



Por fim, também quero aproveitar para referir que o município sempre se assumiu disponível para a captação de projectos de investimentos estruturantes, esperando-se que, em breve, possamos apresentar resultados concretos, e muito importantes, desta conjugação de esforços entre as administrações central e local.

Como avalia a actuação do primeiro-ministro, no âmbito geral, e no que se refere à Guarda?

Devo dizer-lhe, com toda a sinceridade, que é minha convicção que o primeiro-ministro, José Sócrates, está a mudar a face deste país. Tem uma estratégia

clara, um modelo de desenvolvimento que tem perseguido com grande determinação. Tem um rumo. Está a apostar, como nunca, numa economia baseada no saber, no conhecimento, na tecnologia, na inovação e na competitividade. E tem conseguido saber atrair para Portugal investimentos produtivos, mesmo ao nível da investigação de ponta nas novas tecnologias, fazendo de Portugal, hoje, um exportador líquido de tecnologia. A frente económica tem sido a sua grande aposta. Mas nem por isso tem descurado as outras frentes. Cuidou de corrigir grandes desigualdades entre grupos sociais na saúde e na segurança

“Planear, projectar para depois executar. É o nosso lema e tem sido esta a estratégia de uma equipa que lidera esta autarquia”

Valorização da economia do concelho”



social, enfrentando com coragem poderosas corporações. Eliminou mordomias incompreensíveis em determinados grupos de elite. Pôs as finanças públicas em ordem ao mesmo tempo que relançou a economia, duas coisas muitos difíceis, sobretudo se feitas em simultâneo. Direcção do esforço público de solidariedade para os sectores mais frágeis da sociedade, como foi o caso dos idosos. Empenhou-se na frente da igualdade de género, fazendo aprovar leis que garantem importantes direitos às mulheres, desde a participação política (Lei da Paridade) até à interrupção voluntária da gravidez. Na frente europeia, teve uma grande vitó-

ria, conseguindo a aprovação do Tratado Reformador da União.

Em dois anos e meio de Governo, ninguém de boa-fé pode dizer que tudo isto seja pouco. Em relação à Guarda, o que lhe posso dizer é que temos no actual primeiro-ministro um amigo. Um homem que compreende bem os nossos problemas e que nos ouve sempre que precisamos. Já referi as medidas decisivas do seu governo para a economia do interior. E posso dizer-lhe que tem acompanhado de perto todos os dossiês que temos entre mãos e que, em breve, conhecerão um desfecho positivo

Qual a sua opinião sobre a Lei das Finanças Locais?

Eu creio que a Lei das Finanças Locais introduziu uma série de variáveis que considero muito importantes, para além do esforço de disciplina financeira, da subida efectiva das transferências do OE para os municípios, em quase 5 por cento, e da subida da receita dos impostos locais, em cerca de 10 por cento. Vejo como positivo o reforço da capacidade e da autonomia fiscais dos municípios tornando-os mais responsáveis e livres na utilização destes recursos, a coerência entre o ciclo económico global do País e o FEF, o reforço das transferências para o Fundo de Coesão Municipal, fomentando a tão necessária solidariedade entre os municípios,

bons resultados, neste particular, é muito positivo que os municípios sejam incentivados a investir mais em áreas de primeira importância para o bem-estar e aptidões dos cidadãos.

Por outro lado, a nova Lei de Finanças Locais ainda não está sequer em aplicação há um ano, pelo que é natural que seja necessária a regulamentação específica de alguns aspectos, como seja o da resolução dos desequilíbrios financeiros conjunturais e estruturais, e que tenha que prever algumas excepções para casos particulares e que não foram inicialmente previstos, como acontece com o endividamento que decorre necessariamente de decisão judicial



“São públicas as importantíssimas medidas de discriminação positiva que este Governo (e os governos do PS) tem tomado em relação a todo o interior”

“Noto uma sensibilidade muito especial da generalidade dos governantes em relação à nossa cidade e ao nosso concelho”

a valorização da componente ambiental – Rede Natura e área protegida – para efeitos distribuição do Fundo Geral Municipal, os incentivos ao investimento municipal em reabilitação urbana, a impossibilidade de diminuir as transferências financeiras aos municípios com receitas fiscais inferiores à capitação média nacional... enfim, creio que temos coisas muito positivas e justas nesta Lei das Finanças Locais. Também gostaria de realçar o novo Fundo Social Municipal, que afecta receitas ao financiamento de despesas associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social. Embora a Guarda já tivesse

e sem qualquer intervenção do poder autárquico.

O que o motiva mais na sua actividade de autarca?

Vontade – Querer Determinação – Desafio. Não é tarefa fácil mas trabalhamos todos os dias para ultrapassar as dificuldades e também para fazer.

Planear, projectar para depois executar. É o nosso lema e tem sido esta a estratégia de uma equipa que lidera esta autarquia.

Motivante é também a proximidade aos cidadãos, constatar os seus problemas e anseios, tomar medidas no sentido de ir ao encontro daquilo que eles efectivamente esperam.

ORÇAMENTO APOSTA NAS ÁREAS ECONÓMICA E SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

O DESENVOLVIMENTO económico, o urbanismo, a educação e as acessibilidades são as principais prioridades do Orçamento para 2008 da Câmara da Guarda, aprovado pelo Executivo do PS, com votos contra dos três vereadores do PSD.

Segundo o presidente da Câmara, o socialista Joaquim Valente, o Orçamento de 97 milhões de euros contempla a actual dívida da autarquia e prevê um investimento de 63,9 milhões, destinados às grandes opções do plano.

Joaquim Valente considerou que o Orçamento hoje aprovado “é um Orçamento realista, que tem que verter aquilo que queremos fazer, mas não podemos esquecer a dívida e o passivo da Câmara”.

Trata-se de “um documento tecnicamente bem elaborado e elucidativo”, acrescentou, referindo que “vai ao encontro das necessidades e aspirações da Guarda”.

No Orçamento, a Câmara destina as maiores percentagens para funções económicas (29 milhões de euros) e sociais (28 milhões).

Na área económica, a autarquia disponibiliza verbas para concluir as infra-estruturas da PLIE Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial, “para dotar o terreno com todas as estruturas físicas para a instalação de empresas”.

Outra das mais importantes intervenções programadas para 2008 está relacionada com a requalificação de alguns bairros periféricos da cidade, o centro histórico e a zona envolvente da Torre de Menagem.

A Câmara também prevê iniciar o projecto de ligação da VICEG Via de Cintura Externa da Guarda, nas proximidades das piscinas municipais, com a Rua António Sérgio, junto do antigo Matadouro Municipal.

A construção dos centros escolares do Vale do Mondego, Gonçalo e Sequeira, assim como a requalificação e ampliação das escolas do 1º ciclo do ensino básico de S. Miguel e Lameirinhas, são as prioridades em matéria de educação.

Para dar cumprimento ao plano de actividades para o próximo ano, o presidente da Câmara da Guarda adianta que a autarquia tenciona obter receitas no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

OPINIÃO

**CARLOS ZORRINHO**
Coordenador nacional da
Estratégia de Lisboa e do
Plano Tecnológico**TRATADO DE LISBOA**

FINALMENTE aquilo que todos desejámos e para o qual o nosso Governo trabalhou empenhadamente é uma realidade. A União Europeia tem uma nova referência institucional que constitui a base de uma nova etapa no seu desenvolvimento. O novo Tratado Europeu tem o nome da nossa capital e acomoda na sua filosofia a semente dum projecto renovado de cooperação activa entre os povos europeus e todos os povos do mundo.

Portugal é terra de partida e não de chegada. O Tratado de Lisboa assinado dia 13 de Dezembro em Lisboa simboliza um novo fôlego para a construção europeia e retoma a matriz duma história de muitos séculos, desenhada a rasgar horizontes e a traçar cenários de ambição e progresso.

A convergência institucional é importante como prova de vontade comum e de capacidade negocial, mas a sua relevância transcende em muito essa dimensão. A assinatura do Tratado de Lisboa solidificou a capacidade de projecção global dos valores europeus e deu maior consistência à afirmação económica duma comunidade de 27 países, que tem que ser competitiva em nome da equidade e da sustentabilidade social e ambiental.

Neste contexto, o Tratado de Lisboa e novo ciclo da Agenda de Lisboa estão fortemente interligados. Foi o sucesso da Agenda de Lisboa renovada que criou condições económicas e sociais favoráveis a uma aceitação positiva do Tratado por parte dos cidadãos europeus. Da mesma forma, o Tratado de Lisboa constitui a plataforma adequada que torna possível e credível a nova ambição global da Agenda de Lisboa.

Portugal é terra de partida e não de chegada. De Lisboa a União Europeia partiu em demanda de novas soluções e de novos equilíbrios globais, que fortalecendo o seu território, ajudem a melhorar o mundo. Não é pequeno o sonho! Mas é por ele que lutámos. E é por ele, que mais uma vez, a convicção política e a determinação nas ideias triunfarão da anemia dos cépticos.

**“Vacina do colo do útero vai beneficiar milhares de mulheres durante gerações”**

O Serviço Nacional de Saúde passará a integrar, já a partir de 2008, a vacina contra o cancro do colo do útero. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Correia de Campos lembra que esta doença representa a segunda causa mais comum de cancro entre as mulheres, cenário que pretende agora combater através de um vasto programa de vacinação e de acções paralelas no reforço dos programas de rastreio.

Foi anunciado recentemente que a vacina contra o cancro do colo do útero passará a integrar o Programa Nacional de Vacinação (PNV) já no próximo ano, sendo dada gratuitamente nos centros de saúde. Porquê agora esta medida?

No passado dia 6 de Novembro, o Primeiro-Ministro anunciou que o orçamento de 2008 contemplaria três novos programas no Serviço Nacional de Saúde, sendo um deles a inclusão, já a partir de Setembro de 2008, da vacina contra o cancro do colo do útero no Programa Nacional de Vacinação (PNV). A medida visa assegurar que o acesso de todas as jovens à vacina contra o cancro do colo do útero não dependerá das condições económicas das respectivas famílias.

A vacina, cujos efeitos se vão observar num prazo longo de 10 a 20 anos, previne o cancro do colo do útero e outras doenças provocadas pelo vírus do Papiloma Humano. O cancro do colo do útero continua a ser a segunda causa mais comum de cancro (depois do da mama) entre as mulheres jovens e adultas (15-44 anos) na Europa. Portugal regista a maior incidência da doença entre os restantes países da União Europeia – cerca de 17 casos por cada 100 mil habitantes, com 900 novos casos por ano. Todos os anos morrem cerca de 300 mulheres em Portugal com este tipo de cancro.

Esta acção é paralela ao reforço dos programas de rastreio, pois quando detectado no início, o tratamento pode ter uma taxa



de sucesso de 100 por cento. A tendência poderá ser invertida, a médio prazo, com a vacina contra o vírus do Papiloma Humano, mas não podemos baixar os braços na prevenção secundária, na idade adulta da mulher. O exame citológico do colo do útero, um exame fácil, barato e acessível, é a melhor arma de prevenção secundária.

Já está quantificado o número de jovens envolvidas neste programa?

A estratégia proposta pela Comissão Técnica de Vacinação consiste na administração da vacina a raparigas nascidas em 1995, ou seja, que completam os 13 anos de idade em 2008, e realizar uma campanha de repescagem, entre 2009 e 2011, com vacinação das coortes de raparigas nascidas em 1992, 1993 e 1994 e, a partir de 2012, passar a vacinar apenas as jovens que atinjam os 13 anos de idade.

Introduzir esta vacina no sistema de vacinação nacional vai beneficiar as mulheres e as suas famílias durante muitas gerações.

Quais os princípios que orientam a reforma das urgências hospitalares e quais as alterações previstas?

O processo de requalificação dos serviços de urgência traz ganhos em saúde para a população e ganhos de qualidade para cada cidadão, baseando-se na melhoria da qualidade e da eficiência das

unidades públicas de saúde.

Além disso, liberta médicos de família e enfermeiros, essenciais para a constituição de Unidades de Saúde Familiar.

Nos protocolos assinados com os vários municípios, o Ministério da Saúde garantiu sempre alternativas adequadas, reforçando os meios de emergência e transporte pré-hospitalar, criando ou ampliando as consultas de especialidade no hospital distrital de Nível I, promovendo a cirurgia de ambulatório, implementando uma consulta aberta durante todo o dia.

Foi com este Governo que se alargou a todo o território a cobertura do Centro de Orientação de Doentes Urgentes (112) do INEM, que se deu início à implementação da rede de cuidados de emergência específicos (via verde coronária/AVC), que entrou em funcionamento a linha telefónica Saúde 24 (808 24 24 24), a qual já deu informação qualificada a 200 mil portugueses, dos quais 40 mil evitaram uma deslocação desnecessária à urgência de um hospital.

Estamos a reforçar a rede de transporte de emergência pré-hospitalar, para o que já dispomos de 38 viaturas médicas de emergência e reanimação (VMER) e mobilizámos mais de 200 ambulâncias do INEM (PEM, SIV e SAE) que nos permitem dar resposta qualificada aos portugueses em casos de urgência e emergência.

Accção SocialistaÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialistawww.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>